

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-7-2017.

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvaro Araujo, André Carús, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 006/17 (Processo nº 1624/17), de autoria de José Freitas, e o Projeto de Resolução nº 027/17 (Processo nº 1396/17), de autoria de Professor Tóvi. Também, foi apregoado o Ofício nº 1153/17, do Prefeito, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17 (Processo nº 0002/17). Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição a Moisés Maluco do Bem, em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dez ao dia quatorze de julho do corrente, o suplente Alvaro Araujo, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Na oportunidade, foi apregoada Declaração assinada por Fernanda Jardim, comunicando seu impedimento em assumir a vereança do dia dez ao dia quatorze de julho do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Alvaro Araujo, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Alan Carlos Dias da Silva, Dirigente Executivo da Associação Quilombo Sociocultural Afrobrasileiro Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS –, que discorreu sobre projetos de propagação e avanços da cultura popular. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tarciso Flecha Negra, Airto Ferronato, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Em seguida, foi apregoado o Projeto de Resolução nº 035/17 (Processo nº 1783/17), de autoria de Idenir Cecchim. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni e Roberto Robaina. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando Licença para Tratar de

Interesses Particulares do dia dez ao dia doze de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Engº Comassetto, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Engº Comassetto, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassio Trogildo e Reginaldo Pujol. Após, por solicitação de Fernanda Melchionna e Adeli Sell, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Júlio Ferraz e a Ilzaglei Canedo Arigoni. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart, do dia dez ao dia doze de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança a suplente Marília Fidell, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na oportunidade, foram apregoados documentos assinados por Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, comunicando que Rafael Bernardo de Oliveira, Mario Antonio Manfro, Filipe Rodenbusch Tisbierck, Cirilo João Faé, Alceu Oliveira da Rosa e Jesus Cassiá Lopes Gomes declaram-se impedidos de assumir o exercício da vereança do dia dez ao dia doze de julho do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se João Carlos Nedel e Fernanda Melchionna. Às quinze horas e quarenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 087/16 (Processo nº 0981/16), por dezenove votos SIM e doze votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por Adeli Sell e Felipe Camozzato e encaminhado à votação por Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Rodrigo Maroni. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento de sua autoria, que solicita a renovação de votação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17 (Processo nº 1311/17). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 141/17 (Processo nº 1884/17), após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Engº Comassetto, Reginaldo Pujol, Cassio Trogildo, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 136/17 (Processo nº 1776/17). Em Discussão Geral, 1ª Sessão, esteve o Projeto de Resolução nº 001/16 (Processo nº 0162/16), discutido por Fernanda Melchionna,

Cassio Trogildo e Adeli Sell. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/14 (Processo nº 1913/14), após ser discutido por Mendes Ribeiro, Engº Comassetto, André Carús, Valter Nagelstein, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, João Carlos Nedel, Adeli Sell, Mônica Leal, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim e Felipe Camozzato. Na ocasião, foi apreciado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando o adiamento, por quatro sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/14, Requerimento esse que, após ser encaminhado à votação por João Carlos Nedel, deixou de ser votado em face de Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, aprovado, solicitando sua retirada. Também, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi votada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/14, a qual obteve três votos SIM, treze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Engº Comassetto, tendo votado Sim Felipe Camozzato, João Carlos Nedel e Mendes Ribeiro, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvaro Araujo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezoito horas e um minuto, constatada a inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/17, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 031/16 e 024/17, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 047, 138, 158, 163, 181 e 192/17. Durante a Sessão, Engº Comassetto manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Márcio Alemão, vereador da Câmara Municipal de Esteio – RS. Às dezoito horas e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Cláudio Janta e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Na impossibilidade de a Suplente Fernanda Jardim assumir a Vereança, o Suplente Alvaro Araujo assumirá no lugar do Ver. Moisés Maluco do Bem. Solicito ao Suplente Alvaro Araujo que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Alvaro Araujo prestará a seguir.

O SR. ALVARO ARAUJO: "Eu, Alvaro Araujo, prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Alvaro Araujo. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Alvaro de Araujo. V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

O Ver. Alvaro Araujo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. ALVARO ARAUJO: Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa; o Presidente, Cassio Trogildo; os meus colegas Vereadores e Vereadoras; agradecer ao meu colega Ver. Moisés Barboza, que me proporcionou a possibilidade de fazer esta representação. Quero cumprimentar os telespectadores da TVCâmara e todos aqui presentes, meus amigos, familiares, colegas de trabalho.

Dizer que hoje é um dia muito especial para mim e para a democracia, não só por eu estar assumindo o mandato legislativo na Câmara Municipal, mas por fortalecer a ideia de como é importante acreditar na boa política. O voto em branco e a ausência dos eleitores nas urnas nos levam a um caminho muito perigoso. Conquistei este espaço na tribuna sem ferir as regras do TRE, dispondo de poucos recursos, só consegui chegar aqui porque estava acompanhado de grandes e valorosos amigos. Eu acredito na democracia, acredito no voto, acredito nas pessoas de bem, que buscam um candidato de sua confiança para depositarem seus votos e assim se fazerem aqui representadas.

Senhoras e senhores, sou filho dos flagelados de 1964, ano em que o lago Guaíba pediu de volta as suas terras à Porto Alegre. Os desabrigados da volta do Gasômetro, vilas Ilhota, Santa Rosa e Dona Teodora, foram assentados no Extremo-Leste da Capital em um programa habitacional bem elaborado na gestão do Prefeito Célio Marques Fernandes, que se empenhou em dar assistência e moradia digna às vítimas do desastre natural. Esse programa foi batizado com a sigla MAPA – Movimento Assistencial de Porto Alegre. Sim, é de lá que sou, é de lá que eu venho, senhoras e senhores: eu sou da Vila Mapa, é por eles que eu falo. Sou Mapa, sou Lomba do Pinheiro, sou Porto Alegre, sou Carris, e da Carris eu não abro mão! Sou motorista por paixão. Um rodoviário de coração. Eu sou o Movimento Independente dos Rodoviários – MIR. Foi com o MIR que eu tive o meu primeiro contato com a política, a política sindical. O MIR foi um movimento íntegro feito por trabalhadores e trabalhadoras que se organizaram a fim de buscar mais transparência e diálogo com a entidade de representação da classe. Foi emblemático ver naquela época as pessoas se unindo pelo bem comum; porém, foi lamentável ver, em meio ao movimento tão coeso e tão legítimo, lideranças radicais surgirem confundindo, com discursos românticos e ideias descabidas, muitos dos meus colegas, que se entregaram e deixaram que a emoção passasse por cima do sentido e da razão, e, num curto espaço de tempo, vi meus amigos perderem seus empregos por não aceitarem ordens judiciais. Nesse momento, vi

que o radicalismo não nos leva a lugar algum. Esse é o forte motivo que me faz assumir essa postura. Acredito que as pessoas precisam de transparência, precisam de propostas, de coerência, de assumir compromissos e ter responsabilidades. Aplicar o remédio amargo quando preciso for, porque somente com atitude e um posicionamento firme conseguiremos enfrentar as dificuldades.

Então, senhoras e senhores, foi no Partido da Social Democracia Brasileira o lugar onde me senti acolhido, o lugar onde fiz amigos, conheci pessoas de bem que compartilharam comigo suas experiência e, então, encontrei o caminho que me trouxe até aqui, onde vou conseguir fazer algo de bom para a sociedade. Esse momento se concretiza agora. Eu sou o Alvaro Araujo, da Vila Mapa, e estou aqui, na tribuna da Casa do Povo, dedicando àqueles que vieram prestigiar este momento os meus mais sinceros agradecimentos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Parabéns, Ver. Alvaro Araujo, tenha uma boa estada nesta Casa.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Quilombo Sociocultural Afro-brasileiro Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS, que tratará de assunto relativo aos projetos de propagação e avanços da cultura popular. O Sr. Alan Carlos Dias da Silva, dirigente executivo da LIERGS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ALAN CARLOS DIAS DA SILVA: Excelentíssimo Sr. Presidente deste Legislativo Municipal, excelentíssimos Srs. Vereadores, público presente, dirigentes carnavalescos e carnavalescos em geral, mais uma vez a LIERGS, Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul, e sua Associação Quilombo Sociocultural estão nesta Casa cumprindo sua tarefa cidadã de buscar o diálogo com este Legislativo e com a sociedade porto-alegrense. Nós não podemos deixar de colocar todo o nosso agradecimento, toda a nossa alegria de ter recebido a acolhida de vários legisladores deste Parlamento. Nós estamos lutando dia e noite, diuturnamente, no sentido de aprovarmos uma emenda ao Plano Plurianual. Essa emenda é patrocinada pelos Vereadores Mauro Zacher, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon. estes parlamentares compreenderam, já no início da nossa jornada, essa questão fundamental. Nós não podemos deixar de convidar os demais Vereadores para fazerem parte, para que assinem, para que subscrevam conosco essa emenda, que nada mais é do que o fiel cumprimento de uma lei deste mesmo Legislativo, a Lei nº 6.619, de 1990, que versa sobre o carnaval de Porto Alegre.

Essa lei tem que ser cumprida, o cidadão comum, o carnavalesco, o homem da periferia, o proletário, eles cumprem suas leis. Hoje o que nós vislumbramos, e por isso estamos aqui tomando o tempo de vocês, é que, no Plano Plurianual, o nosso Prefeito esqueceu de colocar a ação necessária para o cumprimento da lei. Ele esqueceu, e não nos deu outro caminho a não ser estar aqui reivindicando junto aos senhores para que façam cumprir a lei do próprio Legislativo, fiscal da lei que ele emitiu. Nós não estamos aqui tentando tirar verba de saúde, educação, segurança, não se trata disso, jamais nós, homens da periferia, homens do proletariado e os nossos associados e amigos, cometeríamos uma loucura dessas! Nós somos os próprios beneficiários dessas verbas, e, se os senhores olharem profundamente o Plano Plurianual, que vai dar vazão ao nosso orçamento municipal para 2018, ele já contém essa rubricas. Nós buscamos pelo esquecimento do nosso Prefeito dentro da verba de contingência. Não nos cabia outro rumo. Eu não poderia vir tirar do esporte, Ver. Tarciso, não poderia tirar da saúde, não poderia tirar da própria cultura, teria que, no lembrete pelo esquecimento, fazer com que se cumprisse essa lacuna que ficou. Nós estamos colocando isso hoje porque entendemos pertinente que os Vereadores, junto conosco, com as escolas de samba, com os homens da periferia, com os homens das comunidades, e a comunidade que está aqui na nossa frente, a comunidade da Vila Mapa, que tem uma escola de samba maravilhosa, temos aqui a Niterói e a Imperatriz Dona Leopoldina, presentes, temos várias entidades representadas e que estão aguardando uma reação no sentido de fazer esse cumprimento.

Mas vai além: hoje, as nossas entidades carnavalescas estão sofrendo uma punição, nós não conseguimos ver de outra forma. Quando houve um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, para a realização do carnaval de 2017, simplesmente o Ministério Público nos colocou que o Prefeito não cumpriu o TAC, que tudo era normal, e que eles não tomariam nenhuma providência. Foi feito esse TAC, no dia 30 de dezembro de 2016, mas não foi cumprido, e o Ministério Público ignorou. Eu já dialoguei sobre isso com os senhores na outra oportunidade em que aqui estivemos. Mas quero colocar o pior, agora tem TAC para desalojar escola de samba, e aí o Ministério Público vai à Justiça, ele vai para a imprensa, ele faz propaganda enganosa! É enganosa sim, não é verdade! As entidades carnavalescas cumprem seus deveres. Se algum dirigente de uma escola samba não cumpriu o seu dever, este Legislativo, nós, carnavalescos, nós, o povo, temos que cobrar desse dirigente que subverteu alguma lei, como nós temos que cobrar do Ministério Público, que só enxerga a validade do TAC quando é para punir o povo. Mas, para dar o cumprimento do que é do povo, escrito em lei, como anteriormente nós já colocávamos aqui, não serve. Nós todos, Imperadores do Samba, Bambas da Orgia, Acadêmicos da Orgia e demais entidades carnavalescas, nós não vamos nos calar, e este Legislativo é o nosso parceiro, é a representação popular mais grandiosa que temos nesta Cidade. Nós não vamos aceitar, sob hipótese alguma, que fiquem fazendo o que estão fazendo conosco. Agora, sobre esse apoio, vários Vereadores da outra vez que estivemos aqui, como o Ver. Tarciso, o Ver. Pujol, manifestaram-se a favor da nossa causa, mas não conseguimos ainda nos encontrar. Tenho aqui a lista para oposição das assinaturas, para que se faça isso publicamente, a

fim de que tenhamos um curso bem melhor no reparo desse esquecimento que houve do nosso Prefeito de Porto Alegre, que destinou R\$ 60 milhões para a sua verba de contingência, verba de gabinete, e esqueceu do cumprimento da Lei do Carnaval.

Nós queremos agradecer a vocês, dizer que acreditamos, sim, no nosso Legislativo, que não precisamos ir a outro lugar para buscar o reparo das situações que nos colocam numa condição menor. Negar isso, hoje, é negar o direito da periferia, da cultura popular, do proletariado, dos negros – a maioria dessa periferia e desse proletariado – fazerem a sua festa cultural. O carnaval não é só festejo; carnaval é cultura. Muito subsídio na minha vida eu busquei dentro dos enredos das escolas de samba, mas, logo, logo, estaremos aqui novamente trazendo um novo projeto, uma nova propositura para que os senhores, junto conosco, vençam as demandas necessárias. Muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Convido o Sr. Alan Carlos Dias da Silva, dirigente executivo da LIERGS, para fazer parte da Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar aqui o Sr. Alan pela sua fala. Eu estava atento ouvindo o senhor, e é o que a minha bandeira busca sempre. Nós, do PSD, buscamos sempre a educação, o esporte e a cultura – esta é bandeira pela qual luto. O senhor tem aqui um Vereador que estará junto com vocês nessa luta. Eu me inscrevi para falar em poucas linhas para quem estiver nos ouvindo e para que o Brasil entenda: cada vez mais é preciso dar espaço para o desenvolvimento da cultura popular. Esse tipo de produção é importante ferramenta para o desenvolvimento social do País. A cultura é muito importante para nossas crianças, para um país jovem que amanhã será um país de Primeiro Mundo, num futuro com esses jovens que vão trazer também a cultura social, importante para todos nós. Agradeço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Cláudio Janta, quero trazer a nossa saudação ao Alan. Quero te cumprimentar pela tua participação e presença aqui na Câmara nesta tarde, com o nosso pessoal, tratando das questões do carnaval. Já tive oportunidade de conversar com o senhor, e já me manifestei e

posicionei minha assinatura no sentido de que nós precisamos construir para Porto Alegre. A cultura de Porto Alegre merece uma atenção especialíssima, e o carnaval é uma das maiores expressões culturais da nossa Cidade. Vamos estar juntos para trabalhar a causa. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria cumprimentar o Alan, e na sua pessoa todos os integrantes da Liga e da comunidade carnavalesca de Porto Alegre. Nós assinamos a emenda a pedido do movimento social, encabeçada pelo Ver. Mauro Zacher, mas vocês pediram a assinatura de outros Parlamentares. Nós temos uma compreensão muito clara sobre isso, primeiro, que a cultura precisa ser incentivada de um modo global. Esse debate de corte de verbas de todas as áreas culturais, do carnaval, do Fumproarte, de todos os investimentos na música, além de atacar os direitos da população de cessar esses eventos, também vai fazendo um fosso muito grande, ainda mais em se tratando de carnaval. Nós vivemos este ano um carnaval extremamente complicado, em que a série prata não pode desfilar em função desse TAC, que ficou sob a responsabilidade das escolas a questão do PPCI – acho que toda a infraestrutura deveria ser responsabilidade da Prefeitura. Todo o debate sobre o Porto Seco, de entregar um complexo cultural para além do carnaval, para o ano inteiro, também é uma dívida do Governo com a comunidade carnavalesca e com o povo da nossa Cidade de uma forma global. Mais que isso, aos 45 minutos do segundo tempo, foi dito que não haveria mais dinheiro, zero. Segundo, o debate de que é só carnaval, que é preciso investir na saúde, no emprego; carnaval é uma cadeia produtiva que funciona o ano inteiro, gera emprego, permite atividade para os nossos adolescentes das comunidades, vai muito além dos dois ou três dias, contando o desfile das campeãs. Eu acho que é preciso fazer uma discussão global do carnaval, da cultura popular, da cultura negra da Cidade, do prestígio do povo ao carnaval, da cadeia produtiva, das atividades nas comunidades.

Por fim, é uma emenda que coloca nem 30% dos valores que antes vocês ganhavam para o carnaval. Então, foi construída uma emenda modesta, como forma de garantir um pouco de recursos, mas não tanto como historicamente se garantia ao carnaval de Porto Alegre. Acredito que é possível ser aprovada, pois os recursos não sairão das áreas sociais, e, sim, da reserva de contingência, o que é muito importante para que nós assinemos a emenda. Então queremos fazer um apelo para que os outros Vereadores e as outras bancadas nos ajudem na aprovação desta emenda. Parabéns pela luta, contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, cumprimento o Alan, representando a Associação Quilombo Sociocultural Afro-brasileiro, Liga Independente das Entidades Carnavalescas do Rio Grande do Sul – LIERGS, pela bravura, pela persistência, pela insistência e pela construção que conseguiram fazer, uma construção coletiva. Parece-me que o carnaval sofre, sim, com a criminalização do povo negro, do povo pobre. Não é fácil diante de tantas necessidades que o carnaval seja priorizado, mas ele precisa ser, porque é a manifestação da cultura popular. O evento, em si, é só o epílogo, vamos dizer assim, é só a culminância de um trabalho de ano inteiro, que gera renda, que gera agregação social, que gera perspectivas para a nossa juventude, para as nossas meninas e meninos, e que só não gera mais por falta de prioridade política de fato. Nós, na Comissão de Educação, Ver. Tarciso e Ver. Pujol, já fomos, vários anos atrás, e cobramos o projeto da estrutura permanente, tivemos prazos oferecidos, então, nós acompanhamos alguns anos e tencionamos, porque, se o evento do carnaval foi para a zona norte, era para ir como uma universidade do carnaval, era para ir com atividades permanentes, era para trazer paz, alternativas para o povo da zona norte, que sofre com a violência, sofre com tantos reassentamentos sem a estrutura correspondente.

Então, acho que a luta de vocês, Alan, não é uma luta específica de um dinheirinho para a escola, é um processo muito maior, e nós entendemos que é muito importante sinalizar no Plano Plurianual, ou seja, a Prefeitura planejar e se organizar para esses quatro anos e dar todo o apoio à cultura popular.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 14h48min): Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o PR nº 035/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

Esta Presidência, com a concordância dos Vereadores Reginaldo Pujol e Roberto Robaina, faz um requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, abro o período de Liderança desta tarde fazendo uma fala muito específica, até em homenagem, acolhendo com muito carinho, a comunidade do loteamento Romeu

Samarani Ferreira. (Palmas.) Muitos dos senhores e das senhoras aqui os conhecem de algum momento, sei que foram recebidos pelo Ver. Cassio Trogildo; outros Vereadores e Vereadoras já sabem do drama que essas famílias vivem. São famílias que, de alguma maneira, adquiriram a moradia onde estão, uma área da massa falida do Montepio, alguns têm contrato de gaveta, outros casos é herança, enfim, é uma situação um tanto diferenciada de moradia, há 15 anos, naquela região, num espaço pequeno. São 60 famílias que se organizaram para adquirir essa área, para indenizar a massa falida, inclusive, diante da negativa de serem os primeiros a poder adquirir a área, o que é uma lógica nos aluguéis. Por exemplo, quando você aluga um apartamento, se o proprietário quer vender, por direito, deve oferecer primeiro ao locatário do imóvel. Lá no loteamento Romeu Samarani Ferreira, não foi possível sequer isso! A comunidade organizada, fazendo um grande sacrifício de juntar recursos, depositou em juízo a primeira parcela significativa, e, mesmo assim, a Justiça decidiu encaminhar para outro comprador o leilão da massa falida do Montepio. Quando conheci o tema através de uma professora que mora lá, uma educadora popular, os móveis já estavam nos caminhões, na madrugada, numa situação que não há como compreender, não há como aceitar. Se fosse uma outra situação, às vezes, você entende. Enfim, o dono, uma massa falida, está perdendo dinheiro, botando dinheiro na retirada das famílias, está perdendo recurso num processo longo, podia já estar recuperando esse recurso, e as pensionistas do Montepio já estariam recebendo! Não tem explicação! Há um embate jurídico em duas esferas, há uma luta política pela legitimidade de morar, há famílias inteiras abaladas com essa situação dramática. E aí vou situar, todos vocês receberam, são 57 famílias, 24 crianças no ensino regular, 3 crianças com necessidades especiais, 12 crianças em idade de creche municipal, 30 idosos, 16 com doenças crônicas, 1 deficiente visual e 1 deficiente mental. Por que dizer isso? Não é por coitadismo, é para dar rosto, essas famílias têm cara, têm coração, têm filhos, têm pais, avós, têm uma vida, um trabalho colocado ali, e não há o que justifique que elas não possam ser os compradores da área em que vivem, e muitos pagando pela segunda vez a área, a casa onde vivem, fora os investimentos que fizeram.

Então, eu dedico esse tempo de Liderança, e estamos encaminhando uma moção, apenas para ajudar a sensibilizar o juiz, a sensibilizar o síndico da massa falida, a sensibilizar o Ministério Público que está atuando, enfim, para que possam fazer essa negociação. Há que haver justiça sobre essa terra, principalmente no tema da moradia. Nós temos outros temas muito mais complexos, essa solução está dada, as famílias organizadas, e eu acho que está faltando, talvez, essa gota d'água, talvez, esse gesto, talvez, o nosso Legislativo Municipal, que já está fazendo individualmente. Sei que a CUTHAB já recebeu vocês numa audiência, que quarta-feira vocês vêm de novo, mas nós, coletivamente, possamos dizer: a terra é de quem precisa dela para morar e quer pagar por ela. Então, parabéns pela luta, que a moradia e a dignidade humana vençam esse drama. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias. Quero fazer uma saudação especial ao pessoal do Campo Novo que se faz presente, ocupando, fazendo a sua parte, lutando pelos direitos.

Sei que aqui na Câmara nós vivemos um momento hoje, Ver. Wambert, que, no mínimo, temos que pensar bastante. Hoje vai ter aqui uma proposta de renovação de votação, eu estava falando com a Ver.^a Fernanda sobre isso inclusive, que é mais um absurdo, mais uma agressão à democracia. Eu escutei a Ver.^a Sofia Cavedon na semana passada, e quero dizer a ela que já ocupei alguns lugares, já fiz muita luta estudantil para achares que há um campo que trata o movimento social através da polícia e outro campo, como tu dizias, que não trata o movimento social assim. Nós, aqui, todos respeitamos os funcionários, os servidores e toda a luta do movimento social. Eu subi aqui, não foi uma nem duas vezes, para defender ocupação, luta, e que as pessoas pudessem reivindicar os seus direitos. Mas o que aconteceu na Câmara, semana passada... E eu dou graças a Deus e quero pedir para o pessoal do Simpa, para o Terres reafirmar, se puderem colocar mais o nosso rosto na internet, se puderem colocar em cartaz, Felipe, é importante camiseta, locais de divulgação, porque é uma forma que eles têm de fazer campanha. Lá no final das contas, a Sofia vai estar brigando com o Roberto, com a Fernanda, porque, entre eles lá, eles fazem campanha metade para cada um, o Simpa é isso. Todo mundo sabe que o Simpa é metade do PCdoB, alguns do PT, daí tem disputa entre eles ali. Então, objetivamente, eles vão se organizar, eles nem têm unidade suficiente depois para apoiar, porque a Sofia nem o Terres conseguiu centralizar, porque ele foi candidato a Vereador também. Então, na verdade, o Simpa é praticamente hoje uma organização política, partidária e vai fazer política contra nós aqui. Só que eu acho legítimo. Só que eu vi eles colocando o nosso rosto e acho que foi pouco divulgado, tem que colocar mais o nosso rosto, divulgar mais, porque a sociedade está completamente contra o que aconteceu aqui. Eu fui caminhar e, com as pessoas com que falei, não escutei uma pessoa que foi a favor. Ninguém comprou a versão do Roberto, da Sofia e da Fernanda, que foi através da tropa de choque lá, dos tapetes azuis, de que a gente fez isso. Outra coisa: ninguém se negou a receber aqui o movimento social do Sindicato. Tu te negaste, Mendes, algum dia a receber aqui ou conversar? Em nenhum momento se negou. Agora, lamentavelmente, querer daquele jeito fazer e ainda pedir renovação de votação aqui?! Eu queria ter votado aqui dentro, Cecchim. E ainda querem pedir renovação de votação?! Sabe, é vergonhoso para esta Casa. Mas eu quero dizer uma coisa que eu acho importante termos unidade. Eu estava falando para o Roberto – Mônica, eu quero fazer este convite: a minha proposta é que nos isolemos o PT e o PSOL aqui dentro, tem que ser isolado por um período. Isolado politicamente aqui. Tem que se ter... Porque, se não sabe perder, tem que se impor outras derrotas, Luciano, tem que perder mais umas dez, quinze vezes, até que não se precise fazer esse tipo de polêmica. Jogar servidor contra a Casa?! Jogar servidor contra Vereador?! Eu pessoalmente sempre fui favorável aos servidores públicos, discuti aqui

com o Felipe algumas vezes em defesa dos servidores; aumento de salário, reajuste de salário, votei contra os Vereadores. Agora, fazer esse tipo de coisa! Tu tens que saber ser minoria. Imagina o seguinte: tu tens uma bancada de Vereadores de seis, sete, e os caras querendo ganhar numa Câmara de Vereadores? Ganharam por um período, porque estava sem organização aqui, Valter! Só que agora é fundamental que a Casa tenha unidade para isso, para impor derrotas nisso, para mostrar que minoria é minoria! É democrático, pode falar o que quiser, só que é minoria, não dá para querer ganhar com sete vereadores! Se o Terres tivesse sido eleito seriam oito, mas ele não se elegeu. Então, eu acho fundamental. Outra coisa, servidores da Casa, servidores do Município podem vir ao meu gabinete colocar a sua opinião. Servidores da ponta, aqueles que trabalham mesmo, professor, o pessoal aqui da Casa, da Taquigrafia, o pessoal que trabalha e que é comprometido, funcionários públicos das Secretarias, funcionários do DMLU eu tenho diversas pessoas conhecidas, familiares –, esses podem ser recebidos, mas não representados pelo Simpa. Não é por nada que o Simpa tenta aparecer de toda a maneira, sabe por quê? Porque é a única maneira que eles têm de fazer campanha, para mostrar que são de luta. Sabe por quê? Se sentar para conversar com Vereador, chega na campanha do Simpa, e dizem que estão tomando cafezinho com a gente, como se negociar fosse uma coisa ruim. Então, os servidores que não são representados pelo Simpa e que são a imensa maioria, noventa e poucos por cento, esses podem ser recebidos e trazer a pauta que for para nós, fazemos reunião, fazemos assembleia, fazemos discussão. Temos que abrir aqui a base dos independentes, todos abrir a discussão, mas isolar o Simpa, isolar o Partido dos Trabalhadores, isolar o PSOL é um dever da Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, eu queria, em nome da oposição, da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do PSOL, saudar a Associação de Moradores do Loteamento Romeu Samarani. A Ver.^a Sofia já se referiu à luta que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos. A associação e vários dos seus representantes estiveram na CUTHAB apoiando outras mobilizações por moradia, não era especificamente o seu caso que estava em debate, e a presença organizada da associação é uma demonstração de que nós temos gente no povo de Porto Alegre, nós temos moradores da nossa Cidade que já têm a consciência da necessidade de se auto-organizar para defender os seus interesses e os seus direitos, que são os interesses e direitos de toda a população que luta por justiça e dignidade em nossa Cidade. Esta consciência é o que pode garantir a conquista do direito à moradia.

Eu conversava com o Wellington Marcelo Silva, que é o presidente da associação, e dizia para ele que nós – no caso do meu mandato – vamos, sim, já no dia de hoje, pedir que o DEMHAB se envolva diretamente, por que os moradores – e aí é

sempre um apelo que eu acho que deve ser feito para o conjunto dos Vereadores e Vereadoras, independentemente do partido político – têm uma causa, que é uma causa justa; estão querendo que o direito à moradia seja respeitado e, mais do que isso, têm a consciência e têm o interesse em pagar para garantir este direito. O DEMHAB e os relatórios que eles apresentam mostram que, infelizmente, até agora, o Poder Público os manda de um lado para outro. Nenhum órgão público efetivamente agarra o problema e vai até o final para garantir que o seu direito seja executado, e são pessoas que moram há 20 anos no mesmo lugar! Então, não é possível que os Vereadores não se sensibilizem.

Eu falava para o pessoal da comunidade, e a comunidade não tem partido; a comunidade são moradores que querem exercer o direito básico à moradia. Os Vereadores têm que encarar a luta dessa comunidade como uma luta da Cidade. Por isso é que eu acho que, sim, vale a pena fazer um apelo para o Governo Municipal, vale a pena fazer um apelo para os Líderes do Governo – o Ver. Janta, o Ver. Moisés, que agora está em licença – para que o Governo atue e trate de resolver ou ajudar a resolver o problema. O que não pode ser é que os moradores sejam mandados de um lado para o outro, sem que haja acompanhamento da Câmara de Vereadores. Então, eu, desta tribuna, já deixo claro que esta causa é uma causa que eu assumo, quero que outros Vereadores assumam também, porque não é uma causa do Vereador X ou Y; é uma causa da Cidade, e assim deve ser encarada se nós queremos uma Câmara Municipal digna dos interesses do povo porto-alegrense e do povo gaúcho.

Há uma série de lutas pela moradia que estão em curso; lutas por direitos básicos que estão em curso, e devemos, sim, apelar ao Governo para resolver. Eu estou envolvido, por exemplo, com a mobilização do pessoal que mora na Volta da Cobra. Está aqui o Rafael, que é assessor do DMAE, que é do Governo, portanto, é um cargo de confiança do Governo, a gente se fala o tempo inteiro, para que o pessoal que mora na Rua do Mato, lá na Volta da Cobra, que não tem água, que está fazendo a luta pela água, seja atendido. Eu não posso reclamar, pois o Rafael está sempre tentando ver como se pode resolver o problema. O que eu quero é chamar a atenção para o fato de que esse problema da Volta da Cobra, na Av. Aparício Borges, passou a ser visível, deixou de ser invisível porque a população de lá se organizou e se mobilizou. Então, para que a gente possa avançar na luta por direitos, o primeiro desafio do movimento popular organizado é romper a invisibilidade, porque a política tradicional, infelizmente, quer que esses problemas sejam invisíveis. Os moradores, quando se organizam, rompem essa invisibilidade. Quando essa invisibilidade é rompida, nós temos o primeiro passo para conquistar a vitória. E eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês, da associação, se organizaram e estão aqui todos organizados de amarelo, dando uma demonstração de que não são mais invisíveis. Já faz um ano que estão lutando e a Câmara de Vereadores não pode mais deixar de reconhecer a força, a dignidade e a capacidade de organização de vocês. Por isso, parabéns pela luta e contem com o nosso apoio. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Marcelo Sgarbossa solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 12 de julho de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Suplente Carlos Comassetto assumirá no lugar do Ver. Marcelo Sgarbossa. Solicito ao Suplente Carlos Comassetto que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Carlos Comassetto prestará a seguir.

O SR. CARLOS COMASSETTO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo, na defesa da justiça social e da equidade dos munícipes". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Declaro empossado o Ver. Engº Comassetto. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Engº Comassetto, e V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Segurança Urbana - CEDECONDH.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro quero iniciar cumprimentando todos os colegas Vereadores e Vereadoras, aqueles com quem tive o prazer de conviver por doze anos, até o final de 2016, e os novos Vereadores e as novas Vereadoras que aqui estão, para que, nesse diálogo inicial e nesse cumprimento, e com o Termo de Compromisso que acabo de ler e assumir publicamente aqui nesta Casa, novamente, o mesmo que cada um dos senhores e das senhoras assumiram na diplomação. Depois de 12 anos aqui nesta Casa e nesta tribuna, hoje, além de cumprimentar todos os Vereadores e Vereadoras, na pessoa das nossas Taquígrafas, quero cumprimentar todos os funcionários desta Casa, e dizer que não existe Parlamento sem o apoio funcional dos trabalhadores que nos dão suporte no dia a dia.

Agora, após os 12 anos, tive o prazer de conviver na sociedade por seis meses, Ver. Cassiá, e é sobre isso que quero falar um pouco aqui hoje. Quero dizer, e a população que está aqui há de convir com o que vou falar, que aí na sociedade o Parlamento está com uma imagem péssima, as representações políticas estão com uma imagem péssima, e eu creio que nós precisamos fazer uma reflexão. Ver.^a Mônica Leal, ao cumprimentá-la, relembro que esta Casa já teve grandes tribunos, dentre os quais, o Ver. Pedro Américo Leal, que era da Arena, de direita; teve aqui o Alceu de Deus

Collares; teve aqui o Glênio Peres; teve aqui o Dilamar Machado, todos do veio trabalhista; teve aqui o Marcos Classmann, que foi eleito pelo MDB e foi para o PDT, e que foi cassado na época da ditadura; teve aqui o Lauro Hagemann, do PMDB, que deixou na história sua participação aqui nesta Casa. Falo isso porque as últimas notícias que saem deste Parlamento e vão para a rua são notícias de que o Parlamento está se colocando de joelho diante dos outros Poderes. No momento em que tem que chamar o Executivo para fazer uma intervenção, e tem uma audiência, se é secreta ou não, pouco interessa ao debate interno neste momento, mas o que vai para a rua é que os Vereadores tiveram que se esconder para poder votar. E a notícia de sexta-feira, que correu em toda a república brasileira a partir de Porto Alegre, foi que um determinado Vereador, no exercício da presidência da Casa, não concordando com a crítica de um cidadão, vai ao seu encontro e o agride fisicamente. É isso o que está sendo noticiado na imprensa, é isso que fica. Portanto, meus colegas Vereadores e Vereadoras, fazer o debate aqui nesta Casa, ter a concordância ou ter a discordância não é nenhum problema – e aqui não precisam ser todos amiguinhos, mas ter respeito –, e, quando defendemos a democracia e os princípios republicanos, temos que ter, sim, autonomia dos Poderes. Eu quero dizer e lembrar também, prezado Tarciso, que convivi 12 anos aqui com uma grande referência deste Parlamento, e que está certamente nos ouvindo, João Antonio Dib, assumidamente um homem de direita; eu, assumidamente um homem de esquerda junto com muitos outros; fizemos excelentes debates, concordamos e discordamos, e somos amigos até hoje. O Parlamento não é para destilar ódio, o Parlamento não é para suprimir os direitos democráticos; o Parlamento é para fazer o debate à altura que a população que ali está precisa. E para concluir, Sr. Presidente, esses debates infundáveis que acontecem aqui, nas discordâncias pessoais, sem construir o consenso que a Cidade precisa, e volto a dizer, quem prega o ódio colhe a barbárie da sociedade, e não é isso que nós queremos. Porto Alegre está carente da regularização fundiária; Porto Alegre está carente nos temas da saúde; Porto Alegre está carente no desenvolvimento urbano; Porto Alegre está carente no transporte público; Porto Alegre está carente na educação; é um partido que vai resolver isso, Mauro Zacher? Não, não é. É o conjunto, e é construindo através do dissenso os consensos de que a Cidade precisa.

Um grande abraço a todos meus colegas Vereadores e Vereadoras, estou nesses poucos dias, agradecendo à minha bancada e ao Ver. Marcelo Sgarbossa, para contribuir um pouquinho com vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Quero anunciar a presença do Ver. Márcio Alemão, do PT, de Esteio. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Cláudio Janta, na presidência dos trabalhos neste momento; agradeço o meu Líder Paulo Brum, Líder do meu partido PTB, por ceder este tempo de fala aqui para que eu possa abordar o tema

que será, Ver. Alvaro, que assumiu nesta tarde, o primeiro tema da nossa Ordem do Dia. Nós estaremos novamente apreciando o projeto que prevê o fracionamento – Ver. Comassetto, que também retorna a esta Casa, seja muito bem-vindo – do uso dos estacionamentos privados em 15 minutos. Quando propus esta lei, fomos estudar a matéria. Ver. Tarciso, nós temos uma lei, a Lei nº 8.359, de 1999, de autoria do Ver. Nereu D’Ávila, que estabelece o fracionamento em 30 minutos. Tem uma alegação da Procuradoria do Município, e, aqui na Casa, a nossa Procuradoria não entendeu como inconstitucional esta iniciativa, mas, a Procuradoria do Município foi municada, pela associação dos donos de estacionamento, dizendo que a lei havia tido uma decisão de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, inclusive está aqui, no parecer da Procuradoria do Município. E, vejam bem, eu vou repetir, a lei do Ver. Nereu é a Lei nº 8.359, pois a ação de inconstitucionalidade julgada, e realmente deferida como inconstitucional, é a Lei nº 8.539 – é outra lei. Parece-me até, pesquisando um pouco mais, que foi um erro formal. Eu não sou advogado, mas muito aprendi que, no direito, formalidade é tudo, Ver. Adeli Sell, o senhor, que está muito próximo de tornar-se um homem das leis também, há de concordar comigo. Primeiro, que aquilo que não está nos autos não existe, e aquilo que está dito nos autos é o que vale. E a ação foi interposta, Ver. Reginaldo Pujol, contra uma lei que não existe, a Lei nº 8.539, quando a lei do Ver. Nereu D’Ávila é a Lei nº 8.359. Portanto a lei do Ver. Nereu D’Ávila, caro Presidente Cláudio Janta, está valendo, e, se pode uma iniciativa legislativa nesta Casa definir o fracionamento de 30 minutos, pode também definir o fracionamento de 15 minutos. Sem contar que, logicamente, do ponto de vista do direito do consumidor, ninguém é obrigado a consumir além do que precisa. Se estivéssemos falando de mercadoria, seria a mesma coisa que o supermercado só se vender arroz em pacotes de cinco quilos. Claro que é serviço, mas hoje, no Centro, às vezes, as pessoas precisam estacionar para pagar uma conta, para trocar uma mercadoria, e 15 minutos é mais do que suficiente. Já existem, inclusive, muitos estacionamentos que, acompanhando o mercado – estacionamentos de Porto Alegre –, já estão praticando os 15 minutos. É só andar pelo Centro, já existe na Av. Alberto Bins, já existe na Av. Mauá, foi onde eu vi, mas, com certeza, vários outros estacionamentos já estão praticando os 15 minutos, porque é muito mais justo para o consumidor pagar por aquilo que vai consumir. As grandes administradoras dos *shopping centers* são contra, mas os lojistas são favoráveis, Ver. Camozzato! A livre iniciativa que se estabelece, que emprega em Porto Alegre é favorável, sabem por quê? Quando abriram os *shopping centers*, o estacionamento era gratuito, era um lugar de venda onde não se cobraria estacionamento, mas com segurança e fácil de chegar. De um tempo para cá, as administradoras disseram: “Não, nós vamos cobrar o estacionamento e aí vai baratear o valor do condomínio”. Cobram o estacionamento e não barateou o valor do condomínio. Hoje a atividade-fim do comércio está sendo, muitas vezes, expulsa dos *shopping centers* porque não consegue pagar o condomínio, pagar a taxa de administração, pagar comissão, e as pessoas ainda têm que pagar um estacionamento caro, não tendo a possibilidade de fracionar! Quando vai se trocar uma mercadoria, não se precisa mais do que 15 minutos para fazer essa troca. Então, eu vim adiantando aqui este assunto, porque o veto tranca a pauta na tarde

desta segunda-feira, será o primeiro projeto a ser abordado na Ordem do Dia, e eu gostaria de pedir às Sras. Vereadoras e aos Vereadores que novamente, por maioria, como já aconteceu, possam aprovar esta iniciativa que é a favor do consumidor, a favor daqueles que movem a economia, que são os cidadãos que consomem. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, certamente, haveremos de, dentro de alguns minutos, enfrentar este assunto, que é o primeiro constante dos trabalhos da Ordem do Dia de hoje. É evidente que há sobre esse mesmo assunto uma polêmica muito grande. Há pouco, eu lia o voto do Ver. Adeli Sell a respeito da matéria, e ele culmina por dizer que tinha absoluta certeza de que esse assunto terminaria nos tribunais. Acho que V. Exa. não é pitonisa, mas está enxergando longe, com a sua experiência, porque sabe que, no fundo, está em discussão não o resguardo da livre iniciativa, que eu defendo, mas que não pode se sobrepor a outros direitos da cidadania, e, da mesma forma, entendo que, por mais paradoxal que pareça, a medida aqui proposta pelo Vereador-Presidente da Casa é mais liberal do que aquelas que se opõem a essa proposta, na medida em que se regulam algumas atividades, a gente simplesmente não intervém, não obsta, não impede, não obstaculiza, mas cria regras para que elas possam se desenvolver. É um questionamento muito grande. Eu entendo, por exemplo, que a rede de supermercados Zaffari – eu tenho muito respeito pela sua organização – não enfrenta problemas dessa ordem, não tem que fracionar coisa nenhuma com relação ao estacionamento dos veículos, porque não é pago mesmo: entrou, independente se vai gastar muito ou não, ele pode ficar mais ou menos tempo; há um período progressivo estabelecido sem que nenhuma lei tenha imposto ao Grupo Zaffari esse fato. É a inteligência mercadológica dos dirigentes da empresa, a quem eu saúdo.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que, quando vem o veto – e eu quero, ao eminente Líder do Governo que preside os trabalhos no momento, cumprimentar o Governo, ao menos está muito bem redigido esse veto, diferente da maioria que só sabe citar o art. 95 e a nisso ficam amarrados, como se isso fosse uma cláusula pétrea do debate político, e não é, muito bem argumentado, mas é uma matéria de grande polêmica. Há um conflito muito forte entre os direitos naturais de os empresários terem os seus negócios e os direitos de os consumidores terem acesso a esses seus negócios, dentro de um clima mais favorável. Acho que o Ver. Adeli pode ter razão de que isso termine nos tribunais, porque, daqui a pouco, quando formos votar essa matéria, coerentemente com os votos que tenho dado, eu vou me posicionar claramente para que o Veto do Sr. Prefeito não seja acolhido. Em não sendo acolhido, mantenha-se a polêmica e, quem sabe, se confirme com isso a previsão do Ver. Adeli de que o assunto

vá terminar nos tribunais. Ou que é, dentro do Estado Democrático de Direito, uma situação que não podemos discutir, em que pese, eu não aplaudir aqueles que procuram nos tribunais modificar as decisões que ocorrem nos Legislativos, mas respeito o direito constitucional que eles têm, uma vez discordando, em entendendo inconstitucional qualquer manifestação desta ou de qualquer outra Casa Legislativa do País, de ir ao tribunal buscar uma decisão nesse sentido. E essa matéria, os autos nos falam inclusive de algumas decisões contrárias à posição do proponente, mas eu conheço outras decisões que lhe são favoráveis. O conflito está montado, e há nessa decisão legislativa um componente político muito forte, o de defender a prerrogativa dos integrantes desta Casa como legítimos representantes do povo, de buscar legislar matéria do mais absoluto interesse da sociedade, que, evidentemente, se bem aplicada, em vez de conflito, gerará soluções. Por isso, Sr. Presidente, vou aguardar que se instale a Ordem do Dia para acompanhar aqueles que irão se manifestar favoravelmente pela manutenção do projeto e a rejeição do veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Júlio Ferraz, com larga trajetória em defesa dos animais da nossa Cidade e do nosso Estado, que partiu ontem, vítima de pneumonia gravíssima.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da professora Ilzaglei Canedo Arigoni.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Goulart solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 10 a 12 de julho de 2017. A Mesa declara empossada a Suplente, Ver.^a Marília Fidell, que integrará a Comissão de Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB, em função da impossibilidade de os Suplentes Rafael Bernardo de Oliveira, Mario Antonio Manfro, Filipe Rodenbusch Tisbieriek, Cirilo João Faé, Alceu Oliveira da Rosa e Jesus Cassiá Lopes Gomes assumirem a Vereança.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tem um projeto priorizado para hoje sobre a necessidade de uma pequena alteração no Plano Cicloviário, pedindo que este Plano seja revisto, seja revisado. O Plano Cicloviário é do dia 25 de junho de 2008, ficou um ano aqui nesta Casa porque o

peçoal estava estudando e não chegou a nenhuma conclusão. O único Vereador que votou contrariamente, que foi fortemente contrário, foi o Ver. João Antonio Dib, que conhece profundamente a nossa Cidade. O Plano foi implementado com a criação de muitas ciclovias nesses oito anos de atuação da lei, algumas boas, como as ciclovias da Av. Ipiranga, da Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a da Av. Econ. Nilo Wulff, na Restinga, da Av. Diário de Notícias, da Orla do Guaíba - perfeitas, planejadas, adequadas, tudo certinho. No entanto, outras não foram bem planejadas e apresentam até hoje muitas dificuldades. A ciclovia da Rua José do Patrocínio reduziu, numa via de saída do Centro, uma pista de rolamento, também atrapalhou o estacionamento dos veículos. A ciclovia da Av. Érico Veríssimo realmente é prejudicial para a nossa Cidade, acabou com o estacionamento dos dois lados da avenida, terminando com o estacionamento de empresas, de lojas, de escritórios. A ciclovia da Rua José de Alencar retirou o estacionamento dos estabelecimentos e, defronte ao Hospital Mãe de Deus, reduziu para apenas uma pista de rolamento a Rua José de Alencar. Sobre essa ciclovia, há uma ação judicial de empresários do setor contra ela, pedindo a sua eliminação.

Também na Rua Vasco da Gama, a ciclovia apresentou problemas. Um restaurante baixou o movimento, outro restaurante faliu, foi vendido, e o prédio já está demolido. Uma lavanderia também fechou, porque perdeu o estacionamento, as pessoas não conseguem chegar ao local. E assim por diante.

Agora vimos que iniciou a construção na Av. Goethe. Há mais de dez anos, está planejado o alargamento da Av. Goethe - previsto como contrapartida pela construção do Moinhos Shopping -, entre as ruas Castro Alves e a Dona Laura, e, até hoje, ela não foi alargada. Agora será ocupada parte da via e parte do recuo viário. Eu peço que os Vereadores se apropriem desses detalhes do Plano Cicloviário. Coloquei uma emenda, Ver. Pujol, para que ele seja revisto ainda este ano e, depois, de cinco em cinco anos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, venho em nome do PSOL, em meu nome, em nome do meu Líder, Ver. Prof. Alex Fraga, e do Ver. Roberto Robaina, que já falou aqui da tribuna pela oposição, para tratar de dois assuntos. O primeiro deles já foi muito bem abordado pelos Vereadores da oposição, o Roberto e a Sofia, que é sobre a questão da comunidade Romeu Samarani Ferreira, bem como o nosso compromisso com a luta de vocês diante dessa situação em que a comunidade está sendo duplamente vítima: lá atrás, nesse processo de luta pelo direito à moradia, inclusive, de uma série de garantias que vocês já deveriam ter a partir dessa mobilização e da disposição da comunidade em dar toda a infraestrutura para a região; e agora, sendo vítima com a reintegração de posse, com a faca no pescoço e, ao mesmo tempo, com a ausência de uma política do DEMHAB que responda aos problemas

habitacionais da cidade de Porto Alegre. Eu estava falando por telefone com a assessora da CUTHAB - alguns a conheceram, quando estiveram aqui durante a audiência da CUTHAB que tratou das ocupações Saraí e Vila Boa Esperança -, que vai nos dar uma data em agosto para que seja especificamente discutida a situação de vocês na Comissão, convocando do DEMHAB, convocando a Procuradoria e, ao mesmo tempo, enviando ao Judiciário essa questão. É inaceitável que o Judiciário, em dois minutos, conceda uma reintegração de posse que pode deixar centenas de pessoas nas ruas, são crianças, idosos, uma comunidade inteira que mora há mais de uma década lá na Av. Romeu Samarani Ferreira. Contem com o nosso apoio, estamos juntos com vocês nessa luta pelo direito à moradia digna. A Simone, da CUTHAB, ficou de dar uma data. Assim que tivermos a data, conversaremos com a comunidade para dar ciência à Juíza que está com o processo de reintegração de posse de vocês, pedindo mais tempo para que haja o processo de negociação e, sobretudo, que a justiça seja feita. Vocês estão sendo vítimas de uma injustiça tremenda, seja por quem negociou a área lá atrás, em fazer um verdadeiro estelionato com vocês, seja com a dureza do Judiciário que dá em dois minutos, muitas vezes, uma reintegração de posse, quando, na verdade, as comunidades que ocupam, assim o fazem pelo direito legítimo e necessário à moradia digna, ocupando terrenos que há muito tempo estão abandonados. E digo vítimas também por uma fala do DEMHAB que tem nos indignado, Vereadores e Vereadores, porque eles chegam nas nossas audiências e dizem que o povo tem que montar cooperativa. A única alternativa que o DEMHAB apresenta é cooperativa. Por que a gente não discute os terrenos públicos que estão abandonados no Município de Porto Alegre e que poderiam servir para a moradia social? Por que não se discute a especulação imobiliária e a taxação dos vazios urbanos? Por que não se discute as ocupações que já estão consolidadas e que precisam do Poder Público para regularizar apenas ou mesmo a retomada do Minha Casa, Minha Vida, que tem 54 mil pessoas inscritas e menos de 3 mil casas entregues em nove anos! Não são nove meses, nove semanas, nem nove dias – nove anos! Então é preciso lutar para que o DEMHAB encare a sua responsabilidade, que é tratar da política habitacional do Município de Porto Alegre em todas as circunstâncias em que ela acontece no nosso Município.

O segundo tema é responder ao Ver. Nedel sobre a questão do Plano Diretor Cicloviário. Nós estávamos aqui, quando o Plano Diretor Cicloviário foi aprovado pelo conjunto dos Vereadores e Vereadoras como uma construção da cidade de Porto Alegre; inclusive, Ver. Carús, foi no Governo passado, a quem eu fiz oposição, mas era um Plano Diretor Cicloviário construído com a cidadania, que previa 490 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas em Porto Alegre, assim como uma política permanente de ampliação dessas ciclovias e ciclofaixas no Município. Foi aprovado apenas com um voto contrário, do Ver. Dib, porque não havia previsão de recursos, Ver. Nedel, por isso ele votou contra na época – basta pegar a declaração de voto do Ver. Dib dizendo que era uma carta de intenções, à medida que não previa recursos –, não que ele fosse contra a construção das ciclovias ou ciclofaixas. Eu tenho convicção de que ele está nos ouvindo e assistindo neste momento e pode resgatar esse momento em que ele foi contra em função da falta de políticas e da falta de previsão orçamentária. O que o seu

projeto faz é rasgar o Plano Diretor Ciclovitário, é rasgar essa construção de uma dezena de entidades de cicloativistas das mais variadas vertentes ideológicas ou sem ideologia que construíram no Município um plano que precisa ser consolidado. Como vai ter ciclovias pegando o lugar do pedestre? Como vai ter ciclovias pegando o lugar do pedestre, quando muitas vezes tem uma calçada? Como vai fazer no lugar da calçada? O projeto diz só que não pode inviabilizar carro. Mas a ideia não é inviabilizar carro, a ideia é que haja o compartilhamento da pista, que está no Código Nacional de Trânsito. A ideia é que os carros seja substituídos pela bicicleta, um modo não poluente, saudável, ao mesmo tempo em que ajuda a desafogar o trânsito; a ideia é que se desenvolvam os ônibus para que a população deixe o carro em casa e assim vá de desafogando o trânsito e garantindo mais qualidade de vida, e não a ideia que o senhor coloca no seu projeto.

E mais: tem um debate de como as instituições aparecem ao olho do povo. Açoçar, retirar os espaços democráticos, votar sem nenhum estudo, pesquisa, comparação, apenas na ideia de preservar o carro, não preservar a vida e não preservar os ciclistas, é aquilo que lamentavelmente faz com que a população fique indignada com os Legislativos. Então queremos o adiamento dessa votação para que seja feita uma Audiência Pública com a população de Porto Alegre sobre a questão das ciclovias e ciclofaixas, porque não pode esta Câmara destruir algo que foi construído durante anos por vários que passaram e que avançou com o Plano Diretor Ciclovitário. Luta que segue!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 15h48min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0981/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que obriga os estacionamentos particulares a adotar sistema de cobrança por tempo fracionado em períodos de 15min (quinze minutos).

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 08-07-17 (sábado).

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em discussão o PLL nº 087/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores; quando da votação deste projeto, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, eu, o Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Felipe Camozzato votamos contra ao projeto – três Vereadores. Na época, levantei - volto a colocar novamente - a questão da iniciativa. Hoje, o Presidente veio bem aqui, colocando corretamente uma lei anterior que está em vigor em Porto Alegre. Não se discute essa questão, porque eu também, Presidente Cassio, não acompanho, muitas vezes, as posições exaradas aqui pela Procuradoria da Casa, que tem sido por demais positivista, fazendo uma leitura muito rigorosa da lei, não abrindo espaço para nenhum tipo de hermenêutica, nem um tipo de reflexão, de possibilidade, de alargamento da leitura da lei, como Vossa Excelência colocou há pouco aqui. Acontece que, nos levantamentos que eu pude fazer, em todos os lugares, as partes interessadas, ou seja, os executivos municipais ou as áreas econômicas atinentes têm entrado na Justiça e têm derrubado essa legislação municipal. O Ver. Cassio falou antes sobre uma confusão feita com o número da lei. No entanto, aqui no Rio Grande do Sul, todos nós conhecemos o nobre Desembargador Carlos Rafael dos Santos Júnior, cujo pai foi Vereador desta Casa, que exarou, num julgamento, portanto num acórdão do nosso Tribunal de Justiça, que a arguição de inconstitucionalidade, lei municipal, garagens e estacionamento, vedação de cobrança de valor integral da hora. Quando ocorreu este caso ele disse o seguinte: “A lei municipal que proíbe garagens e estacionamento de cobrar dos usuários valor integral da hora quando utilizado por menos tempo. Intervenção da municipalidade nas relações privadas. Incompetência do município para legislar sobre a matéria. Violação dos artigos 170, 174, 24, v, todos da Constituição Federal. Inconstitucionalidade da Lei Municipal [...]” Aqui, sim, tem uma questão de confusão da legislação, segundo o Vereador colocou, mas o Desembargador e o acórdão dizem que julgaram procedente a arguição de inconstitucionalidade de maneira unânime. Ou seja, nós temos outros, e o Pujol se referiu há pouco sobre essa questão de, em vários lugares, ter sido levantada a inconstitucionalidade, e essas leis têm se tornado sem efeito. Eu digo que nós deveríamos fazer uma campanha pública da Câmara sobre a exorbitância de cobrança

em certos estacionamentos. Não vou falar nos cem por cento, Alvoni, Freitas, mas existem preços abusivos. O Ver. Freitas lembra que, no ano passado, nós fizemos uma reunião da CEDECONDH onde esse tema foi discutido, e não fomos convencidos da questão dos preços praticados em Porto Alegre. Trata-se muito mais de uma discussão de Procon, da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara, de outros processos, mas, em se tratando de legislação, não vejo a forma concorrencial da Câmara de Porto Alegre legislar sobre essa questão. Portanto, mantenho a minha posição, assumo o Veto do Sr. Prefeito Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 087/16, com Veto Total.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assim como na primeira votação, eu faço questão de trazer o meu posicionamento, até para deixar claro, em respeito ao proponente, Ver. Cassio Trogildo, de por que meu voto ser pela manutenção do Veto e, num primeiro momento, foi contrário também ao projeto. Temos aí desde um argumento de inconstitucionalidade. Tivemos um caso muito parecido no Paraná, onde foi aprovada uma legislação que proibia aos estacionamentos cobrar hora cheia de quem tivesse o carro estacionado menos de uma hora. Essa lei foi aprovada e, posteriormente, chegou até o STF, que julgou inconstitucional e derrubou essa lei, portanto, deixando claro um precedente de inconstitucionalidade.

Desde o início deixei clara a minha posição, inclusive ao Ver. Cassio Trogildo, que ela é muito mais relacionada à liberdade de empreender, à interferência da legislação e à burocracia ao empreendedor. Acho que ficou claro também, em entrevista que surgiu após a discussão e votação nesta Casa sobre estacionamentos, que alguns proprietários de estacionamentos de diversos tipos em diversos locais da Cidade reiteraram suas posições de que, uma vez que essa lei fosse aprovada, fracionando os 15 minutos, a primeira consequência prevista por eles é que vai aumentar o preço do estacionamento fracionado. Ou seja, aqueles 15 minutos iniciais, se antes cobravam por meia hora R\$ 6,00, agora serão cobrados os mesmos R\$ 6,00 por 15 minutos, porque mais de 80% da receita dos estacionamentos vem do rotativo de curto período; se eles não mantiverem o preço alto para um tempo de estacionamento menor, eles vão perder boa parte da receita, portanto a decisão econômica será relativamente simples: se tornará mais caro o preço do minuto, assim como a lei que impõe isso. Por esses motivos, tanto pela questão de inconstitucionalidade, quanto também pela econômica de interferência indevida da lei obrigando, interferindo no livre mercado, mantenho minha posição contrária ao projeto, pelo veto, respeitando o proponente Cassio Trogildo, com sua intenção, que é nobre, de melhorar a vida do consumidor, mas que eu acho que, nesse projeto, infelizmente, ela não objetiva, não atinge seu resultado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o PLL nº 087/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 087/16, com Veto Total, como autor.

O SR. CASSIO TROGILDO: Mais uma vez, boa tarde, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu já havia usado o tempo de Liderança do PTB, que o Ver. Paulo Brum havia me cedido, mas agora, no encaminhamento, alguns Vereadores não estavam aqui, então, faço questão de dizer que a proposta tem o objetivo de uniformizar o modo de cobrança efetuada pelos estacionamentos particulares do Município de Porto Alegre. Atualmente, a cobrança é prejudicial ao consumidor, que, na maioria das vezes, é obrigado a pagar por uma hora de estacionamento, mesmo tendo utilizado a vaga somente por alguns minutos. Isso é um dano, é uma cobrança abusiva, é imputar ao consumidor que ele é obrigado a consumir acima do que ele precisa consumir. E o Código de Defesa do Consumidor é muito claro: não se pode obrigar ninguém a consumir mais do que é o seu desejo. Vejam o que diz o art. 4º da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. (Lê): “A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumidor, atendidos os seguintes princípios: I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor.”

É isso que estamos fazendo, Ver Tarciso, protegendo o consumidor, que quando não consome mais do que 15 minutos, não quer pagar além do que consome. O que pretendo com esta proposição é que a cobrança efetuada pelos estacionamentos particulares corresponda aos serviços efetivamente utilizados pelos usuários, respeitando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto à cobrança de um tempo mínimo de uso. Ressalto que este Projeto de Lei não pretende estipular valores a serem cobrados pelos estacionamentos. Nós não estamos determinando quanto tem que ser cobrado, e, sim, que seja cobrado apenas o utilizado; tampouco pretendemos limitá-los, o que violaria frontalmente o princípio da livre iniciativa. O princípio da livre iniciativa, Ver. Ferronato, estaria sendo quebrado se nos estivéssemos determinando o valor a ser cobrado. Nós estamos determinando, através de lei, que seja cobrado aquilo que é utilizado. Ademais, o Município de Porto Alegre já tem que lei que fraciona o tempo em 30 minutos. Totalmente em vigor, uma vez que a Ação de Inconstitucionalidade, apresentada nas razões do Veto Total, é sobre a Lei nº 8.539/1999, diferentemente da Lei do Ver. Nereu, e encontra-se em vigor a Lei nº 8.359/1999. Arguição de Inconstitucionalidade no TJ, portanto há um erro de formalidade, o que torna a lei do Ver. Nereu - o Ver. Ferronato era colega juntamente com o Ver. João Bosco Vaz - incorretamente inconstitucional, tem um erro de formalidade que deixa em vigor a lei do Ver. Nereu. Diante do exposto e por estar valendo uma lei de autoria legislativa que fraciona em 30 minutos, nós entendemos que podemos fracionar em 15 minutos, conto com apoio dos nobres Pares para derrubada do

Veto Total a este Projeto de Lei que visa a garantir os direitos dos cidadãos consumidores do respectivo serviço em nosso Município. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 087/16, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu venho rapidamente encaminhar a votação em nome da Bancada do PSOL, em meu nome, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, para manifestar o nosso apoio com relação ao projeto, visto que já votamos favoravelmente quando ele veio ao plenário e agora vamos novamente votar de acordo com a proposição do autor, o Ver. Cassio Trogildo. A cobrança a partir da quarta parte da hora é justa, respeita os direitos do usuário e, portanto, tem a nossa compreensão e o nosso apoio. Então, pedimos às outras bancadas que também apoiem essa iniciativa. Como destacado anteriormente pelo autor, já há a cobrança fracionada da metade da hora neste Município; portanto não há qualquer problema em garantirmos que os usuários, os cidadãos desta Cidade, possam pagar efetivamente pelo que usufruíram nos estacionamentos desta Cidade. Então manifestamos aqui o nosso apoio, vamos votar pela derrubada do veto do Prefeito Nelson Marchezan Júnior em apoio ao projeto do Ver. Cassio Trogildo. Um grande abraço, uma boa tarde de trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação nominal o PLL nº 087/16, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 19 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Solicito a retirada de tramitação do Requerimento de minha autoria e do Ver. Prof. Alex Fraga relativo à renovação de votação do PLCE nº 004/17.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. N° 141/17 – (Proc. n° 1884/17 – Ver^a Sofia Cavedon) – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “aos moradores do Loteamento Romeu Samarani Ferreira, localizado na Av. Romeu Samarani Ferreira n° 830 - Campo Novo, que buscam estabelecer negociação para compra dos lotes, onde residem há 15 anos”.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento n° 141/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n° 141/17, com autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Serei muito breve e não usarei os cinco minutos porque os moradores e moradoras conversaram com quase todos os Vereadores e Vereadoras. Quero apenas dizer que a luta dessa comunidade por moradia, que já passou por várias descontinuidades e algumas injustiças, precisa do apoio desta Casa para que eles possam negociar as suas casas. Aqui ninguém está pedindo nada de graça, querem recompor ao Montepio, à massa falida, os valores daquela área. São 60 famílias que já estruturaram a sua vida, já fizeram muito investimento em suas moradias, estão extremamente abaladas. Alguns relatos que nós ouvimos, por exemplo, de um morador estar num ônibus e vê passarem os caminhões já fica apavorado, pensando que estão sendo despejados com crianças, com idosos. Então, parabéns pela luta de vocês. Tenho certeza de que com o apoio da Câmara, agora, nessa fase final - que é dramática -, vocês vão conseguir negociar a área. Peço o apoio de todos os Vereadores e Vereadoras.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Eng° Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n° 141/17.

O SR. ENG° COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, quero cumprimentar toda a comunidade da Associação dos Moradores do Loteamento Romeu Samarani Ferreira e registrar aos colegas que são mais novos nesta Casa que esta comunidade realizou aqui, principalmente na Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, inúmeras audiências públicas, inúmeras reuniões, sempre com a mesma agenda. Faz 15 anos que esta comunidade vem aqui. E qual é o tema que eles trazem? Lá no Campo Novo, na Estrada Cristiano Kraemer com a Av. Romeu Samarani tinha um empreendimento do Montepio dos municipais, que faliu. Muitos deles vinham pagando as mensalidades ao Montepio por aquelas casas que lá estão. O Montepio faliu, e eles ocuparam as casas, morando lá há 15 anos. Bom, nesse processo, Presidente, entrou, rolou, por parte da massa falida do Montepio, uma ação de despejo, concedida por um juiz, inclusive em novembro do ano passado foi uma polêmica: a juíza lá da Tristeza mandou despejar, e o desembargador, na madrugada, suspendeu, tocando o terror e o horror na comunidade que está lá há 15 anos. As crianças estão nas escolas, as pessoas têm os seus comércios, estão no posto de saúde, estão na estrutura, tem gente que quando foram para lá os

filhos tinham 10 anos, já casaram, hoje têm famílias, e o problema não foi resolvido. Qual é a proposta que esses comunitários fazem? Se for para colocar alguém e assumir a dívida, nós fazemos isso, nós pagamos a mensalidade para o Montepio. Esse dinheiro vai o fundo dos aposentados do Montepio, e está resolvida a encrenca. É uma coisa simples. Aí eu não sei por que cargas, recentemente, Ver.^a Sofia, apareceu como arrecadador da área da massa falida, o Sindicato dos Guardadores de Automóveis de Porto Alegre. Mas o que tem que ver o Sindicato de entrar com uma ação para despejar outros moradores? Tem boi na linha aí, Ver. Cláudio Janta. (Palmas.) Então, Cassiá, a melhor equação é o Executivo... Aqui, Ver.^a Sofia, quero fazer um registro: o Diretor-Geral do DEMHAB, Mário Marchesan, engenheiro, meu amigo desde o tempo da faculdade, funcionário da Caixa Econômica Federal que, neste momento, está fazendo um debate com as entidades cooperativas e dizendo: “Vou assumir o tema da regularização fundiária da Cidade e o tema habitacional”. Esse é o tema que o Mário, do DEMHAB pode assumir, encabeçar e ajudar a fazer essa negociação. E aí quero registrar mais três nomes aqui, e eu não sei quem está presidindo a CUTHAB hoje: Dr. Goulart, entabulamos no ano passado, em 2016, aqui, uma negociação com o Promotor Público, Dr. Eriberto, junto com a Defensora Pública, Dra. Adriana, para que levasse ao juiz, Ver. Pujol, essa proposta. Eles estão lá há 15 anos e querem pagar, que o juiz aceite, determine, quantifique, abra a conta, se deposita no fundo e se garanta moradia para essas famílias. (Palmas.) É essa a equação que precisamos resolver. E aí, se os guardadores de carro querem um outro projeto habitacional, vamos ajudá-los a fazer, mas não desalojar os que já estão para colocar outros que não têm. Está errada essa equação. Se há algum colega Vereador que está nesta equação, vamos para a Mesa debater. É isso aí. Muito obrigado. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 141/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este Requerimento coloca em evidência uma situação fática, diferente de que normalmente nós vivemos aqui nesta Casa, na qual as pessoas são despejadas de suas áreas. E, depois que todas as coisas acontecem, vêm aqui se socorrer de nós, pedindo um apoio para resolver a sua situação habitacional. O caso, como foi dito aqui, é muito diferente, trata-se de uma população que se organizou, que não quer favor nenhum, quer pagar a área que ocupa e que está sendo afastada dentro de uma manobra jurídica, que eu espero que nós, Vereadores, possamos contribuir para superar, fazendo com que nesta área do antigo Montepio, que é recurso para as viúvas dos nossos colegas funcionários municipais, tenha a possibilidade de ser recolhida por quem já em juízo já está recolhendo valores, por aqueles que mais legitimamente devem pagar por essa área. À medida que estando lá há anos, agora se sente no direito de ter a prioridade na aquisição da mesma, conforme determina a lei brasileira. Por isso, pode até surpreender

a alguns, Ver. Alex, que eu esteja apoiando uma Moção do Partido dos Trabalhadores. Eu costumo dizer que eu não tomo as minhas posições em função de bandeira política ou mesmo em função de sigla partidária. Acho que a Moção da Ver.^a Sofia Cavedon merece ser aprovada, pelas razões que estou expondo. Quem age corretamente, merece ser apoiado, e a população está agindo corretamente, não quer que caia nada do céu, quer pagar em valores adequados com o suor do seu trabalho para que as viúvas sejam remuneradas como é o seu direito, e que eles possam ficar com aquilo que tem sido o seu lar durante todo esse tempo. Dessa forma se regularizaria por inteiro. Voto a favor, com muito entusiasmo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 141/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, hoje o Ver. Janta vai trabalhar bastante como Presidente - estou gostando da tribuna aqui, mas eu queria, saudando as Sras. e os Srs. Vereadores, saudar a comunidade do Loteamento Romeu Samarani Ferreira, comunidade essa que recebi algumas vezes na Presidência durante o ano passado, com todo encaminhamento que a gente sempre deu, Ver.^a Fernanda e Ver. Prof. Alex, que me escutam atentamente. A história, todos nós soubemos. Era uma área do Montepio, que construiu os sobrados. Há três anos, eu estive lá na frente do loteamento - isto que estou dizendo aqui, eu disse para a comunidade, várias vezes - para uma reunião que começaria a encaminhar a possibilidade de cooperativar para poder adquirir posteriormente. A reunião acabou não acontecendo, porque a comunidade, naquele momento, entendia que não era esse o caminho. Quando estiveram comigo, e por duas, três vezes, inclusive, a advogada, inclusive, ficou de estar junto e não esteve, sempre o encaminhamento que demos foi para que pudesse ser encaminhado para o Cejusc, para se fazer um acordo no Cejusc, porque a comunidade tem interesse em adquirir por um preço justo aqueles imóveis, Ver. Paulinho Motorista, mesmo muitos deles tendo pagado para o Montepio. Muitos pagaram para o Montepio, boa parte do valor dos imóveis. Então, acho que a luta da comunidade, é no Campo Novo, Ver.^a Sofia, é muito próximo de onde eu nasci, aquilo tudo ali era chácara, eu nasci na Vila Nova, na Av. Vicente Monteggia, eu relatei, quando o pessoal esteve aqui. Acho que a luta é muito válida, e o Judiciário tem - Ver. Alvaro, que assume hoje aqui - sido muito duro com as comunidades, porque o mais difícil é ter uma comunidade que consiga se organizar e consiga juntar recursos para pagar o seu imóvel. Logicamente, são trabalhadores, não pode ser todo valor de uma vez só ou em poucas parcelas. O Montepio é a massa falida, também, logicamente, dá para se entender os credores do Montepio, que também tem dívidas lá, muitas trabalhistas, que ingressaram judicialmente, e foi vendida a área. Agora, neste caso específico, e eu falo da tribuna com a mesma postura que sempre tive quando recebi a comunidade: se preparar para fazer a proposta, fazer o pedido para que fosse para o Cejusc e lá, na conciliação, fazer

uma proposta condizente com o que a comunidade pode pagar para, então, ter efetivamente a propriedade do local que já mora há mais de 15 anos e que muito bem cuida, porque estão lá os imóveis assim como foram entregues – alguns muito melhores, porque não estavam acabados e a comunidade o fez. Acompanhei a primeira reintegração, em que a advogada foi muito competente e conseguiu, na madrugada, no plantão, reverter, chegando com a reversão na hora da reintegração, quando muitas pessoas já retirando as suas coisas, retirando benfeitorias que tinham, inclusive causando dano ao seu próprio patrimônio e depois tendo que recompor. Continuem contando conosco. Parabéns à Ver.^a Sofia pelo encaminhamento desta Moção, que acho muito válida. Esta Moção tem que ser dirigida ao Poder Judiciário, que é onde, neste momento, está a decisão sobre este caso, Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 141/17.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde Presidente Janta, demais Vereadores, pessoal que nos assiste em casa e pessoal do Loteamento Romeu Samarani Ferreira, no Campo Novo, local em que trabalhei por várias vezes, como motorista de ônibus. Eu conheço bem o pessoal do Campo Novo, são pessoas que viajaram muito tempo comigo, trabalhadores, e eu não poderia deixar de subir à tribuna, porque, na CUTHAB, como falou há pouco tempo o Ver. Comassetto, por várias vezes nós atendemos ao pessoal do Campo Novo, do Loteamento Romeu Samarani Ferreira. Isso vem se estendendo, e, com certeza, as pessoas ficam naquela tensão: “O que vai acontecer amanhã? O que vai acontecer na semana que vem?” Hoje a gente vê todos organizados, com as camisetas - que legal! -, pedindo para que seja solucionada essa situação. E, como já foi falado, as pessoas não estão pedindo nada que não seja do seu direito. As pessoas querem regularizar, querem ter as suas casas, querem poder dizer: “esta casa é minha, eu vou sair para trabalhar e nada vai acontecer”, querem fazer planos para os próximos dias e meses sem pensar: “e se eu sair para trabalhar e, quando eu voltar, as minhas coisas já não estiverem mais aqui, se já tiverem tirado daqui?”. São pessoas que já moram lá há tempo; volto a dizer, são pessoas que viajavam no dia a dia comigo, acordando cedo para os seus trabalhos, voltando à noite. Muitas vezes, fiz a linha à noite, e as pessoas voltaram. Eu estava conversando com o Ver. Airto Ferronato, que vai votar junto comigo - vamos votar “sim” a esta Moção para os nossos moradores do Loteamento Romeu Samarani Ferreira.

Agora há pouco, eu estava conversando com um cidadão ali que, muitas vezes, viajou comigo. Eu só tenho que agradecer a presença de vocês aqui, lutando pelo que é direito de vocês. Esperamos que essa situação, que vem se estendendo há anos - volto a dizer - muitas vezes, fui procurado na CUTHAB, graças a Deus, inclusive quando fui Presidente, em 2014, época em que sempre recebi a comunidade, o que é direito da comunidade -, chegue a um final feliz. Podem contar com a gente, do PSB, e

com outros muitos Vereadores que eu sei que vão votar a favor. Um grande abraço para vocês!

Também quero deixar um abraço ao Alvaro, que assumiu hoje, motorista como eu – trabalhamos muito tempo no trecho. É um camarada simpático, sempre passava e abanava, porque a gente passava sempre um para o bairro e um para o Centro. Alvaro, que alegria ter aqui comigo um camarada que é da minha profissão, motorista com eu. Para mim, é uma grande alegria! Sinta-se em casa. Que tu fiques por muito tempo aqui, junto conosco. Um grande abraço para o pessoal do Loteamento Romeu Samarani Ferreira. Contem sempre com a gente!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 141/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Eu venho, em nome do meu partido, o PSOL - portanto, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna -, encaminhar a nossa posição favorável à Moção de Solidariedade, proposta pela Ver.^a Sofia, em defesa do direito à moradia dessas pessoas que aqui se encontram. Além disso, o direito à moradia, o direito a ter um lar e a reivindicar esse direito, nós também apoiamos, bem como muitos outros direitos das comunidades da Zona Sul, principalmente. O pessoal do Campo Novo, historicamente, traz como uma das suas grandes demandas a questão da melhoria do transporte público, a linha de ônibus Campo Novo apresenta atrasos constantes, e o efetivo de veículos é muito pequeno frente ao crescimento vertiginoso que a região sofreu nos últimos anos. Falo isso, porque me criei lá, durante 13 anos morei no Jardim Vila Nova, vizinho de vocês, disputava alguns campeonatinhos de futebol na minha juventude no campo da Romeu Samarani mesmo, bem próximo ao entroncamento com a Ventos do Sul; portanto, conheço parte da realidade encarada e vivenciada por vocês todos os dias. Parabéns pela movimentação. Creio que teremos a aprovação dessa Moção, e, tomara, realmente, que ela sirva como mais um pontapé para que vocês possam chegar, o mais breve possível, ao desejo de regularizar a situação de vocês. Infelizmente, é um pequeno passo, mas que muitos outros se sucedam a este. Todo o apoio da nossa Bancada do PSOL, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Roberto Robaina e este Ver. Prof. Alex Fraga, votaremos favoravelmente a essa Moção. Todo apoio à regularização fundiária na nossa Cidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 141/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

O SR. ENG. COMASSETTO (Requerimento): Sr. Presidente, todas as falas de todas as lideranças foram a favor dessa comunidade. Esse tema já percorre 16 anos. Solicitamos que a Presidência da Casa encaminhe ao juiz e peça uma audiência, em nome da Casa, acompanhado de todos os Vereadores da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Será encaminhado à Mesa Diretora, por intermédio do Presidente Cassio Trogildo, na próxima reunião. Com certeza, será encaminhado o seu requerimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Nobre Presidente, Ver. Janta, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 136/17. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 136/17 – (Proc. nº 1776/17 – Ver. Aldacir Oliboni e outros) – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “aos familiares de vítimas e sobreviventes da tragédia de Santa Maria”.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento nº 136/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0162/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui § 5º no art. 106 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, permitindo ao prefeito a retirada de proposição de autoria do Executivo Municipal em qualquer fase do processo legislativo, exceto se anunciada a votação.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Guilherme Socias Villela: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Delegado Cleiton: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Paulo Brum: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 001/16. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PR nº 001/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: O bom é que hoje é a 1ª Sessão de discussão, ainda terá outra antes da votação, assim essa mudança poderá ser debatida pelo conjunto dos Vereadores. Li na Exposição de Motivos que se refere a uma forma que era realizada até 1992, quando houve um Projeto de Resolução que alterou o art. 106 do Regimento Interno da Câmara sobre o pedido de retirada de tramitação das matérias que seria alterado com esse projeto de lei do Ver. Nedel, podendo ser requerida a qualquer tempo. Queria perguntar exatamente isso que os Vereadores estão perguntando agora para a Diretoria Legislativa, exatamente para que seja feita a discussão de como é hoje esse pedido do Executivo. Se não me engano, passa pelo plenário, o pedido de arquivamento é lido pelo plenário a partir da tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, depois tem que ser aprovado pelos Vereadores, que, em geral, evidentemente, aceitam o pedido por uma questão de independência, até de prerrogativa do Executivo. Mas queria fazer essa pergunta até para ter alguma posição com relação a matérias, que muitas vezes são construídas e enviadas pelo Executivo como uma resposta concreta a determinados processos de luta e de mobilização da comunidade. Foi assim, por exemplo, no caso de algumas gratificações, no caso da gratificação da SMAMS, por exemplo, que houve um amplo processo de mobilização pela gratificação e depois, na medida em que não foi encaminhada à Câmara de Vereadores, os trabalhadores vieram, houve um movimento de várias bancadas, não foi um movimento de oposição ou situação, à época, que garantiu a tramitação do projeto. Nesse período de discussão, queria aproveitar e fazer esse questionamento para que o autor, Ver. Nedel, pudesse esclarecer o intuito do projeto, e essas alterações que foram feitas ao longo dos anos de forma que esse pedido de retirada seria feito por ofício, sequer passaria em plenário, não haveria uma comunicação aos pares ou mesmo a possibilidade de discussão de processos que são construídos democraticamente, me parece complicado. Acho que a gente perde a

possibilidade inclusive de acompanhamento de tramitação de matérias importantes, muitas vezes lutadas pelo povo de Porto Alegre, mas gostaria muito de ouvir o Ver. João Carlos Nedel no que diz respeito à matéria.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PR nº 001/16.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Cláudio Janta; eu estou economizando a voz na presidência, mas tem algumas matérias que eu tenho feito questão de discutir. Esse projeto de resolução do Ver. João Carlos Nedel traz à tona uma questão que eu acho que nós precisamos tratar com profundidade, e não só sobre as iniciativas do Poder Executivo. Eu entendo, Ver. Robaina, que o Vereador ou o dono da iniciativa poderia retirar em qualquer momento, inclusive depois de anunciada a votação. Tem uma questão que é o momento político, e esta Casa é uma casa política, então, eu encaminho, inclusive, para que nós possamos – está na 1ª Sessão de discussão – talvez até discutir no colégio de Líderes e ter uma proposição, Ver. João Carlos Nedel. Eu vou encaminhar no sentido de que se construa a possibilidade de o dono, de o autor da proposição poder fazer a retirada em qualquer momento. Ninguém pode ser obrigado a ter que votar um projeto se não tem as condições políticas, se está vendo que não vai ter condições de aprovação...

(Aparte antirregimental.)

O SR. CASSIO TROGILDO: Aí não passaria em plenário, exatamente. Hoje, quando tem parecer e está na Ordem do Dia, precisa de requerimento aprovado em plenário para retirar de tramitação. Antes do parecer, é dirigido ao Presidente, é o que diz no Regimento. Acho que ninguém pode ser obrigado a manter uma iniciativa, tanto na discussão quanto na votação! Se ele desiste da iniciativa, por que é que ele vai ser obrigado a manter? Parece que é assim: “Agora tu vais ver, tu botaste aqui, agora tu vais ser obrigado a votar, a ser derrotado!” Ou até a aprovar! Daqui a pouquinho, foi convencido do contrário; ou uma nova lei federal, estadual entrou em vigor, e não precisa mais da iniciativa. E o plenário, muitas vezes, dependendo das condições políticas, não concorda com a retirada.

Nesta 1ª Sessão de discussão – e ainda bem que é a primeira –, eu queria discutir no sentido de que nós possamos, na próxima reunião do colégio de Líderes, tratar, inclusive, da possibilidade da retirada, pelo autor, em qualquer momento da tramitação, sem necessidade de aprovação de requerimento. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PR nº 001/16.

O SR. ADELI SELL: Às vezes, colegas Vereadores e Vereadoras, nós não damos muita importância para a questão processual aqui na Câmara, mas ela é tremendamente importante. Inicialmente, eu tinha ficado me perguntando sobre as razões que levaram o Ver. Nedel a propor essa questão, mas eu acho que o Executivo ou qualquer Vereador, na minha opinião – seria a mesma coisa –, em se convencendo de que o seu projeto tem um problema que, às vezes, é superado por uma nova proposição, um fato novo, ou como o Ver. Cassio colocou aqui, a eventualidade de uma legislação em nível federal e estadual, ele pode retirar, deve retirar. Inclusive, quero fazer justiça ao Camozzato, que algumas vezes tem nos cobrado aqui sobre o tempo que a gente perde num projeto ou numa discussão, que é completamente inócua e não vai ter validade futura. Então, acho que o Governo tem o direito de se arrepender, entre aspas, como o Vereador que apresentou o projeto tem o direito de se arrepender e retirar. Vou dar um exemplo bem cristalino. Eu tinha, inclusive, um projeto aqui com base no Código Civil, art. 1276, que é o projeto de encampação de terrenos. Lembram que eu falei na semana retrasada aqui neste tema? A Prefeitura fez um decreto com base no Código Civil. Eu fui me reunir com a PGM e estou convencido: não precisa ter projeto de lei municipal. Aqui no Interior do Rio Grande do Sul tem um Município que tem uma lei, mas não é necessária; pega a lei federal, tem um decreto, e começa a operar. Louvo. Por sinal, vou aproveitar aqui na presença do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Ver. Mendes Ribeiro, e propor, inclusive, que no início de agosto, primeiro, se convide o pessoal que formou uma comissão da Secretaria da Fazenda, da SMURB e da PGM – e propus que a SMDA também fizesse parte – para discutir exatamente a encampação de terrenos abandonados, que são aqueles terrenos que não pagam tributação e que depois de três anos a Prefeitura entra com um processo com base no Código Civil. Então, se eu tivesse feito a lei, por certo eu iria pedir a retirada, porque me parece que o projeto do Executivo supre... Exatamente foi retirado, porque tinham sido questionados pela Procuradoria dois artigos, que eu acho não seria bem o caso. Então, para ganhar tempo, para limpar, digamos, a pauta, tudo aquilo que é desnecessário, a gente tira. Eu acho que, nesse sentido, nós poderíamos acompanhar a proposição do Ver. Nedel.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Encerrada a 1ª Sessão de discussão do PR nº 001/16.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1913/14 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/14, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui §§ 4º e 5º no art. 19 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 710, de 18 de fevereiro de 2013, dispendo sobre a implementação de ciclovias ou ciclofaixas.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Valter Nagelstein: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela rejeição do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em discussão o PLCL nº 021/14. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vejo este projeto de lei, de autoria do Ver. Nedel, com bons olhos. Eis que este Vereador entrou com um Indicativo, pedindo para o Executivo fazer campanhas sobre o uso das ciclovias ou ciclofaixas no nosso Município. Eu vejo que as pessoas não sabem usar. Há uma tremenda falta de respeito, por parte do ciclista, por parte do pedestre, até mesmo por parte do motorista. Então, como tenho essa preocupação com o bom uso da ciclofaixa e da ciclovia, sempre preservando o pedestre, eu vejo este projeto com bons olhos, votarei favoravelmente. Acho que realmente temos que discutir a fundo sobre a implementação da ciclovia e da ciclofaixa. É uma cultura que estamos adaptando em Porto Alegre, extremamente necessária porque o número de carros vem aumentando, tem a questão da sustentabilidade. Acho que temos que incentivar o uso da bicicleta, mas temos que estudar bem para ver como vamos fazer, porque, como por exemplo, ali na Rua José do Patrocínio, na Rua Vasco da Gama, existem ciclofaixas e ciclovias que interferem diretamente nos comércios locais. Temos que cada vez mais incentivar as pessoas a empreenderem, a terem seu comércio, para que possam comprar,

gerar emprego e renda. Então, apoio este projeto de lei, espero que a gente discuta e aprove um plano para ciclofaixas em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 021/14 por quatro Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras este projeto é de 2014, está há três anos aqui nesta Casa, teve todo esse tempo para fazer a audiência pública. Agora vem, não sei de quem é, um pedido aqui, no plenário, quando o pedido tem que ser para Mesa Diretora, que vai se reunir na quinta-feira, para fazer uma audiência pública. Três anos fiquei aguardando, aguardando o quê? Aguardando o andamento da construção das ciclovias. Lamentavelmente, vi ciclovias mal planejadas. Ora, meus senhores, vejam o que está acontecendo na Av. José do Patrocínio: uma vergonha, um planejamento malfeito! O que está acontecendo da Av. José de Alencar: uma vergonha maior ainda, com riscos! Eu estou aqui com uma cópia de uma ação dos comerciantes da região da Av. José de Alencar, dizendo todas as dificuldades e as ilegalidades da construção daquela ciclovia. Ora, na verdade, o que eu estou pedindo? Que seja revisado o plano em 2017, ainda há tempo. Senhores, nós vamos construir ciclovias na Av. Bento Gonçalves, na Av. Cavallhada, na Av. Cristóvão Colombo. Onde na Av. Cristóvão Colombo? Em que espaço? Na Av. Assis Brasil, ali no viaduto, uma ciclovia, não tem mais espaço, mas está previsto no Plano Diretor. O que eu quero? Revisar o Plano Diretor. E que não construam mais essas ciclovias atrapalhando o trânsito, numa cidade mal planejada, ou não planejada, atrapalhando o trânsito, retirando estacionamento de empresas que estão perdendo recursos financeiros pela falta de estacionamento – meus Deus do céu! Então não quero cancelar ciclovias no passado, mas quero que, de agora em diante, sejam mais bem planejadas. Ninguém pode ser contrário à ciclovia, mas devemos planejá-la adequadamente para evitar esses problemas sérios. As pessoas não conseguem estacionar em frente às suas casas. Eu quero levar meus filhos para o colégio, não, tenho que caminhar uma quadra adiante para apanhar o meu carro para levar meus filhos. Então, meu Deus do céu, em vários locais. Por exemplo, na R. Vasco da Gama, o restaurante Suíço quebrou, foi vendido, e o prédio já está demolido, por causa exclusivamente da falta de estacionamento. Tinha uma lavanderia lá também em que ninguém conseguia estacionar. Uma padaria de lá reduziu o seu movimento. O restaurante Confraria da Vasco, na esquina da R. Vasco da Gama com a R. Miguel Tostes, reduziu 30% seu movimento no almoço e 50% o movimento à noite – foi por isso, Ver. Bosco, que já repassou para o seu terceiro dono em um ano, por problema de estacionamento, por problema de acesso. Então, o que eu

quero efetivamente é promover a revisão do Plano Diretor em 2017 e, daqui para frente, de cinco em cinco anos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento de minha autoria, que solicita o adiamento da discussão e votação do PLCL nº 021/14, por quatro Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do PLCL nº 015/13 da Ordem do Dia de hoje e que ele seja o primeiro na ordem de priorização de votação na primeira Sessão após o recesso.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, em qualquer grande cidade ou capital, um dos seus principais problemas chama-se mobilidade urbana, depois da segurança, Ver.^a Mônica Leal. Por falar nisso, temos lhe ouvido falar pouco de segurança ultimamente, bem como defender o Governador Sartori como a senhora defendia antigamente. A mobilidade urbana é o segundo problema depois da segurança. E aí trazer um projeto que trata de um modal isoladamente e não tratar de uma lógica que a Cidade na sua mobilidade tem que ter pensado nos modais interligados já é um equívoco. Nós temos que pensar na mobilidade urbana não só no pneu, óleo diesel ou gasolina. E se for para pensar no veículo automotor, nós temos que priorizar, primeiro, o transporte público, depois, os transportes individuais não poluentes, e a bicicleta é um dos transportes públicos não poluentes.

Então, Ver. João Carlos Nedel, tenho segurança de que a sua intenção é boa, mas já determinar que fica proibido estudar a ciclovia ou as ciclofaixas em algumas vias que são estruturadoras, como essas que V. Exa. citou, Cristóvão Colombo, Bento Gonçalves e assim por diante, é um equívoco, já estamos engessando. E do que a Cidade carece? De uma inteligência global, de um pensar global. Onde está a inteligência da engenharia de tráfego da cidade de Porto Alegre? E acho que há uma confusão, porque o que tomou conta não é o tráfego; é um conjunto de iniciativas que não levam à qualidade da Cidade. E o Ver. João Carlos Nedel, nós fizemos debate ao longo dos dez, doze anos aqui. Ele tem uma visão conservadora em relação à

mobilidade urbana, prioriza o automóvel em detrimento dos alternativos e mesmo das pedovias, ou seja, espaços para se caminhar na Cidade. Então, quando o senhor diz que a implantação das ciclovias ou ciclofaixas projetadas sobre a via de tráfego de veículos não poderá resultar na redução do dimensionamento ou na eliminação da faixa destinada ao fluxo de veículo, depende. A engenharia de tráfego pode entender que é mais viável. Então, engessar através de uma lei a possibilidade de ter ou não ter, acredito que é um equívoco. Entendo que a Cidade está carente, sim, de um estudo mais aprofundado de engenharia de tráfego, que trate a mobilidade urbana com seus modais integrados. E aí eu quero dizer aqui aos colegas Vereadores, eu vi aqui, nos últimos dez anos, Ver. João Carlos Nedel, vários colegas – inclusive eu -, fazendo discursos por outros modais: a questão do hidroviário, a questão dos possíveis Veículos Leves sobre Trilhos sendo implantados. Na Av. Bento Gonçalves, está caindo de maduro a implantação de um trem, Veículo Leve sobre Trilho, que vá daqui até Viamão. Está caindo de maduro. Bom, se tiver um bom trem, não precisa ter a ciclovia, as bicicletas podem ser carregadas no trem, como é feito na grande maioria da Europa. Então, eu venho aqui em nome da nossa bancada dizer que este é um projeto que limita a inteligência da mobilidade urbana da Cidade para quem quer pensar nela de forma integrada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, só, antes, vou fazer uma brincadeira com o colega, Ver. Comassetto, que reassumiu o mandato hoje com uma sede de tribuna e não resistiu a fazer uma crítica ao Governo Sartori. Mas isso faz parte já da atuação pregressa dele, que está com pouca oportunidade de bater no Sartori, então, aproveitou essa semana para fazer essa crítica velada aqui ao Governo. Governo este que tem investido bastante em segurança, Ver. Comassetto, eu lhe recomendo se informar um pouquinho mais sobre, por exemplo, o fato de o Governo ter zerado o banco de concursados da Polícia Civil e da Brigada, sobre ter aberto o maior concurso dos últimos 30 anos na área da segurança. São informações mínimas que eu lhe repasso aqui. Mas eu entendo, são poucos dias que o senhor tem aqui para manifestar suas contrariedades ao Governador Sartori, já teve muitos anos de mandato.

Quero dizer, mesmo com essa colocação inicial, que concordo com o senhor no mérito aqui que fez ao projeto do Ver. Nedel num aspecto, e, com todo respeito à sua proposição, o Plano Diretor Cicloviário prevê 497km em que podem ser construídas as ciclovias na Cidade. Entendo também que alguns locais predeterminados no Plano Diretor Cicloviário devem ser revisados, mas acho que é papel discricionário da Prefeitura, da EPTC. Muitas vezes, o nosso Ver. João Dib, em vários temas sobre mobilidade urbana, dizia, e me recordo da primeira vez que assumi o mandato aqui em

2010 como Suplente: “Este tema não é preciso legislar, o Poder Executivo, por meio da EPTC, pode promover as alterações, as modificações que forem necessárias”. Lembro que apresentei um projeto na época – o Ver. Dib, inclusive, se manifestou dizendo que não era necessário legislar a respeito – que proibia o estacionamento em um dos lados da vias com duas faixas de circulação em horários de pico. Dou esse exemplo porque acho que a EPTC pode, provocado por esta Casa, utilizando o modelo do seu projeto, não engessada por uma lei, revisar alguns pontos, sim, que prejudicam o comércio, sim, que prejudicam o tráfego de veículos, mas nós não podemos contrariar uma lógica de que a cidade precisa avançar na mobilidade sustentável, de que a cidade precisa avançar num espaço urbano para as pessoas. E a revisão do Plano Diretor prevista para o ano que vem deve, pelo menos, caminhar nessa direção, muitos Vereadores têm esse entendimento. Acho que nós não podemos incentivar aqui que esta seja uma Cidade voltada apenas para os veículos. Nós temos quase 1,5 milhão de habitantes e 750 mil veículos trafegando nas ruas. É um índice muito acentuado. Se num passado recente o Governo Federal promoveu benefícios tributários para que o cidadão pudesse comprar com maior facilidade e a preços mais baixos os veículos, bom, hoje, nós estamos pagando um preço de um tempo absurdo que se percorre, tanto quem tem o seu carro particular quanto quem utiliza o transporte coletivo, para ir para casa ou para seu local de trabalho. A bicicleta passou a ser uma alternativa sustentável e viável. E a lógica das ciclovias é de que elas se incorporem ao tráfego dos veículos também. Então não vamos pensar que vamos tirar o espaço das ruas para colocar ciclovias. Vamos tirar de onde então, da calçada? O pedestre vai ter menos espaço para circular? A revisar pontos, eu sou favorável. Tem algumas avenidas arteriais que estão ali no Plano Diretor Cicloviário e até era bom pegar o voto do Ver. Nedel, do Plano Diretor Cicloviário, era importante que nós recuperássemos isso, já era Vereador. Votou favorável? Que bom. Então, por favor, nós estamos em época de revogação, nesta Casa, aqui se discute muito isso, e eu não vejo necessidade de legislar a respeito disso. Vejo, sim, um espaço importante - estão aqui os Vereadores Valter e Wambert, que são da Frente Parlamentar do Revogação - para esta Casa liderar uma discussão junto com a EPTC, junto com o Poder Executivo sobre isso. Existem, sim, casos pontuais de estabelecimentos comerciais que tiveram as suas atividades prejudicadas, mas também existem outros tantos casos de pessoas que querem ocupar as ruas, os espaços públicos, as vias públicas com bicicleta, com eventos. E, em tempo de insegurança pública, nada melhor que avançarmos numa Cidade de convivência democrática. E a bicicleta, as ciclovias, as ciclofaixas são uma das expressões de convivência desta Cidade que tem por premissa a qualidade de vida entre os seus cidadãos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu quero dizer que este tema é muito caro para todos nós, especialmente para a Bancada do PMDB. Porque houve uma apropriação desse tema pela esquerda, mais precisamente aqui pelo Partido dos Trabalhadores, por aquele movimento Massa Crítica, posteriormente ao que nós havíamos construído, PTB, PMDB, PP e PDT, primeiramente, lá no Governo José Fogaça. Eu era aqui o Líder do Governo e ainda me lembro do meu querido Ver. João Antonio Dib, a quem eu quero render os meus respeitos, dizendo que era impraticável a aplicação do Plano Cicloviário. E nós tínhamos um grande estudo. Eu me lembro que, naqueles dias, eu dedicava grande parte do tempo a ficar construindo aqui qual seria a pauta da semana. Tão logo chegou aqui a questão do Plano Diretor Cicloviário, a gente levou à votação, construiu os consensos e aprovou, portanto, é uma bandeira que é nossa. Com todo o respeito ao Ver. Sgarbossa, que está aqui, não era uma bandeira dele, ele nem Vereador era. Foi uma bandeira nossa.

É óbvio que existem conflitos com o comércio, por exemplo, localizado, Ver. Nedel, como aqui no caso da Cidade Baixa e ali na Mariante, na Goethe e em alguns outros locais. Isso é possível de mitigar, me parece, e temos que mitigar. Mas a concepção do Plano Diretor Cicloviário é a de que fosse um sistema, um sistema que desse segurança à pessoa que não quer andar de automóvel, por exemplo, porque é saudável poder usar a bicicleta num determinado dia. Agora, eu mesmo, que moro em Petrópolis, teria que descer a Barão do Amazonas, pegar a La Plata e entrar na Ipiranga. Não está feita hoje grande parte da ciclovia da Ipiranga, desde a PUC até o Ginásio da Brigada. Eu tenho que vir no trânsito, disputando com ônibus, com caminhão, com carro, com moto. É um risco. Por isso é que, muitas vezes, eu opto por não vir. Agora, se tivesse, Ver. Cassio, completado a ciclovia da Ipiranga, eu viria de bicicleta.

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É claro que eu ia suar. Este é um outro problema aqui na Câmara, nós vamos ter que enfrentar isso: fazer um vestiário para nós, Vereadores, para dar uma caminhada aqui na orla, que está ficando tão bonita. Fui visitá-la na quinta-feira com o Presidente, está uma maravilha. Nós aqui na Câmara, ainda estamos sem um vestiário, mas, enfim, é uma outra questão.

Quanto ao Plano Diretor Cicloviário, meu querido colega Álvaro, que hoje assume e está pronto, está preparado, e é uma grande liderança – eu quero te desejar muito sucesso, te conheço há muito tempo, tu és uma liderança rodoviária que merece estar aqui, merece muito estar aqui –, eu quero dizer que tem que ter espaço para ônibus, tinha que ter espaço para o metrô, para o VLT, que é o Veículo Leve sobre Trilhos, para a bicicleta, para tudo; para a motocicleta, que eu uso todos os dias.

Tem outro projeto do Cassio, que foi muito importante, aquele do espaço reservado para os motociclistas entre a sinaleira e os carros, a acidentalidade de motociclistas é um negócio terrível, e isso impacta no INSS, na família, na vida das pessoas.

Voltando para a ciclovia, a ciclovia é uma conquista nossa! Nós colocamos, no Governo Fogaça, várias estações de bicicletários pela Cidade: no Largo Glênio Peres, no Mercado Público, aqui no Gasômetro, no Mercadinho do Bom Fim. Estimulamos a iniciativa privada e os clubes, como o Beira-Rio, que instalou o seu bicicletário, e estamos avançando nisso. E nós, que somos um partido de centro, que não somos sectários, que às vezes apoiamos questões que estão mais à direita - a liberdade do comércio, a livre iniciativa -, às vezes questões que estão mais à esquerda, temos esse comprometimento. Porque essa questão do ciclismo não é uma bandeira de um determinado Partido ou de um Vereador. É uma visão de cidade, o que não exclui – como, aliás, o Vereador faz – os outros modais. Porque a militância que ele faz é a favor da bicicleta e contra o carro. Nós não fazemos isso. Nós achamos que há espaço para bicicleta, há espaço para carro, e a cidade tem que conciliar todas essas questões. Então, eu acho que retroceder no Plano Diretor Ciclovitário não é bom, nós temos que ir ao contrário, não temos que tirar o espaço da ciclovia; temos é que melhor administrar. O Ver. Idenir Cecchim e eu fomos a San Francisco, na Califórnia, o Ver. João Carlos Nedel foi também, lá tem ciclovia pintada no asfalto, não tem problema. Por que é que agora nós vamos recuar? É óbvio que a gente tem a valorizar o comércio, mas não dá para recuar. Era isso que eu queria dizer e agradecer, Sr. Presidente, mitigando esses conflitos, manter a política das ciclovias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é verdade que necessitamos de um meio de transporte sustentável. Mas nós estamos discutindo esse assunto aqui nesta Casa pelo menos há 15 anos. E eu lembro quando o Ver. Gerson Almeida, do PT, foi ser Secretário do Meio Ambiente e ele criou um projeto maravilhoso chamado Passeio dos Parques. Há 15 anos, Nedel! As ciclofaixas interligavam os parques. Passado esse tempo todo, se vê, hoje, que os usuários de bicicleta, a maioria, preferem andar na calçada do que usar a ciclovia ou a ciclofaixa. Lembro-me da época em que o Gerson Almeida era Secretário do Meio Ambiente e criou esse passeio dos parques, e, domingo pela manhã, a EPTC precisava mandar para a Vasco da Gama, principalmente, um guincho, porque as pessoas sabiam que no outro dia seria área de lazer, seria o espaço da bicicleta, mas deixavam os seus carros ali. Era domingo, acordavam ao meio-dia, uma da tarde. E esse projeto, que era uma bela ideia, não funcionou. E hoje, mesmo crescendo as ciclovias e as faixas em Porto Alegre do Governo Fogaça para cá, nós continuamos enfrentando esse problema, ou seja, falta educação no trânsito, falta educação das pessoas de não estacionar em cima da ciclofaixa, de não estacionar em cima da ciclovia. E as pessoas poderiam utilizar com mais propriedade, com maior vantagem, com maior segurança esse espaço

que está amplamente desenhado na cidade de Porto Alegre e que tem mais gente caminhando nesses espaços do que pessoas andando de bicicleta.

O Ver. Carús lembrou do Ver. João Dib. Nós aprendemos muitas coisas com o Ver. João Dib aqui. O Ver. João Dib faz muito falta para nós. E o Ver. João Dib tem uma frase que eu guardei: vamos cumprir as leis que já tem e vamos parar de criar novas leis. Ora, se nós fizermos um levantamento, é provável que esta Casa aprove por semana até dez, quinze leis. Esse revogaço que está sendo feito vai ter que ter um segundo tempo, terceiro tempo, quarto tempo, quinto tempo. Vai ter que ser feito durante esses quatro anos umas dez vezes por ano, porque se fazem leis aqui que às vezes nós não precisamos delas. Elas não são necessárias. Agora, que nós precisamos disciplinar, rever a situação das ciclofaixas e a situação das ciclovias, nós precisamos. Vamos pegar a Rua José do Patrocínio: é inacreditável que tenha uma ciclofaixa e que tenha estacionamento dos dois lados. É inacreditável, mas tem. E mais inacreditável, passem ali, não tem um único movimento, uma única bicicleta, pelo menos quando eu ando por ali. Então eu penso que Porto Alegre precisa fazer, através da EPTC, uma campanha ampla dizendo que as ciclofaixas são seguras, que as ciclovias são seguras, que usem a bicicleta, que o motorista entenda isso e que não estacione em cima da ciclofaixa, porque estará inibindo ciclista de usar aquele espaço que foi feito para ele. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, gostaria de manifestar minha opinião com relação ao tema que está sendo debatido, justamente no sentido de encaminhar um posicionamento com outro olhar, levantar outros temas, como por exemplo, a questão da saúde pública. Quanto mais estimularmos nossas crianças, nossos jovens e nossos adolescentes a praticarem atividades esportivas, facilitando suas vidas e abrindo novas possibilidades como a ampliação das ciclovias e ciclofaixas, nós estaremos garantindo uma geração futura mais saudável, com uma menor incidência de problemas cardiovasculares, diabetes, hipertensão, portanto, qualquer esforço que possa tomar esse rumo, esse sentido de enfrentar o problema que hoje é grave e crítico nas sociedades modernas, que é justamente a obesidade infantil, nós devemos fazê-lo. E o projeto do Ver. João Carlos Nedel vem na contramão disso tudo, e justamente, uso o termo contramão porque ele prioriza os automóveis em detrimento da ampliação das ciclovias e ciclofaixas. Porque na proposta do Vereador, inclusão do § 4º ao projeto das ciclovias ou ciclofaixas projetadas sobre a via de tráfego de veículos: “Não poderá resultar na redução do direcionamento ou na iluminação da faixa destinada ao fluxo de veículos e na área de estacionamentos existentes no local.” Ou seja, há aqui uma priorização quanto a estacionamentos de veículo Câmara Municipal detrimento da possibilidade da

implementação de uma ciclofaixa. É evidente qual é a prioridade do Ver. João Carlos Nedel, é exatamente facilitar, ampliar e tornar as nossas ruas leitões para tráfego de veículos automotores, e não as nossas bicicletas. Portanto, senhoras e senhores, gostaria também de destacar aqui que foi mencionado pelo Ver. Pablo e também pelo Ver. Nedel que a falta de estacionamento está prejudicando o comércio. Não está, não está, não está. O que está prejudicando o comércio é a insegurança. O comércio de rua depende de iluminação pública; depende de policiamento ostensivo; depende de fluxo de pedestres, porque quanto mais gente estiver na rua transitando, menor é a sensação de insegurança, maior é o grau de ocupação e menores são os registros de ocorrências policiais. Isso é evidente, nós não podemos priorizar a lógica individualista de favorecer os *shopping centers* – e a nossa Capital é a recordista, recordista nacional em número de *shoppings centers per capita*, o que faz com que as pessoas, por questão de insegurança, procurem esses locais, justamente para se proteger. Porém, nós estamos restringindo cada vez mais os espaços ocupados pela população. E deixando esses espaços à mercê da criminalidade. Nós temos que inverter essa lógica. Andando – e o Ver. Tarciso Flecha Negra conhece bastante o mundo, conhece cidades, já viajou bastante – existem cidades que priorizam o comércio de rua; que priorizam o ir e vir das pessoas; que priorizam as relações interpessoais, essas cidades são mais vivas. A nossa Cidade não está se tornando viva, ela está cada vez mais embrutecida. As pessoas estão cada vez mais distantes, procurando proteção em espaços fechados, longe do sol, longe do ar puro. Isso é terrível! O que nós estamos fazendo com a Cidade é terrível e nós precisamos inverter essa lógica! A ocupação das ruas, a ocupação dos parques, das praças e as atividades de lazer ao ar livre, elas devem ser a nossa prioridade. Por isso eu peço que os Vereadores e as Vereadoras votem contra o projeto do Ver. João Carlos Nedel, porque ele é um retrocesso para Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Presidente Cláudio Janta, Vereadores e Vereadoras; na nossa Capital, em dias de semana, circula um milhão de veículos por dia: ônibus, caminhões, veículos. Um milhão por dia! Quantas bicicletas circulam por dia em Porto Alegre – por dia, em dia da semana? Aproximadamente, mil bicicletas, duas mil bicicletas. Então, nós precisamos, sim, priorizar este um milhão de veículos que andam por dia em Porto Alegre. “Ah, primeiro as pessoas!” Sim, quem está dentro dos ônibus, dos caminhões, dos lotações? As pessoas, que também são motoristas e são pessoas. Então, a prioridade realmente são as pessoas. A ciclovia, modernamente, em grandes Cidades, ela deve ser um suporte para o transporte público, um suporte para o transporte público. Porto Alegre tem construído ciclovias que são uma dificuldade muito grande. Já foi falado aqui na da Rua José do Patrocínio, na da Av. Érico Veríssimo, da Rua José de Alencar, da Rua Vasco da Gama, da Rua Dr. Barros Cassal e

de outras ciclovias. Agora fui surpreendido com a construção da ciclovia na Av. Goethe; olhem só o que estão fazendo ali: diminuído o canteiro central, ampliando a pista... Eu fiquei todo contente achando que estavam ampliando a pista, mas não: estão ampliando a pista, mas nela será construída uma ciclovia, ou seja, o trânsito desse um milhão de veículos diariamente não está levando nada. (Mostra fotografia.) Nesta foto é mostrada a expansão, o alargamento da pista em ambos os lados, há dez anos ou mais, Ver. Adeli, isso não acontece. Em mais ou menos 150 metros apenas haveria uma contrapartida do Moinhos Shopping, do tempo da sua construção, que já foi transferida para outra contrapartida, porque a Av. Goethe não é alargada. Estão eliminando um “siga livre”, obrigando os veículos a entrar diretamente na via, ou seja, acontecerão acidentes. O que se quer? O que se quer é fazer uma revisão do Plano. Ora, senhoras e senhores, construir ciclovias na Av. Assis Brasil, ali embaixo do viaduto, é possível? Não, é impossível. Na Av. Benjamin Constant, em toda a via? Meu Deus do céu! Na Av. Bento Gonçalves, numa parte dela; na Av. Borges de Medeiros, do início até a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto; na Av. Brasiliano Índio de Moraes, que é praticamente no IAPI, subindo o viaduto? Brincadeira! Nós precisamos rever; o que se quer? Rever o Plano, e não construir essas barbaridades que estamos vendo na nossa Cidade. Isso é realmente contra o ciclista, vai dar insegurança ao ciclista. Nós temos já uma ação dos comerciantes da Av. José de Alencar contra a ciclovia, pedindo o seu cancelamento. Nós não queremos nenhum cancelamento, nós queremos planejar daqui para frente para que tenham ciclovias bem planejadas, com toda segurança para os próprios ciclistas. Nós vamos construir, agora, em toda orla, duas ciclovias, ou seja, quem quiser andar nos 72 quilômetros da orla pode andar nas ciclovias que serão construídas.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Tristemente, temos aqui as fotos da Av. Goethe, que estão lá atrapalhando o trânsito e prejudicando cada vez mais a nossa sociedade. Peço o voto para que esse projeto seja aprovado e para que o Plano seja revisto ainda este ano – e, daqui para frente, de cinco em cinco anos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, hoje, pela manhã, num debate com o Ver. Carús sobre a questão do mobiliário urbano, eu já disse – e vou repetir aqui – que, dos grandes partidos que já passaram pela Prefeitura – portanto, incluo o meu, o PT –, ninguém pode se queixar sobre nada de planejamento da cidade de Porto Alegre. Ninguém! Se tem problema, nós temos que pensar daqui para frente, não adianta ficar choramingando. Tem problemas com a ciclovia, mas tem problemas demais. O problema não é fazer um projeto de lei

agora, como o Ver. Nedel quer colocar, que o problema está na redação do projeto de lei. Acaba fazendo com que não saia mais nada, nem a esculhambação que é hoje, nem algo que poderia ser extremamente importante. Nós temos que fazer um debate sobre planejamento urbano de Porto Alegre. Não existe! A gestão passada, Ver. Oliboni, aprovou, fez várias reuniões públicas sobre a questão do Código de Posturas, o que o Vice-Prefeito chamava de código de convivência. Coisa que eu discordo. Fiz um artigo mostrando que o nome correto é Código de Postura, porque como tem em outras línguas, no caso mais próximo como os castelhanos, eles falam *codigo de policia*, porque é norma, é ditame, é cumprimento. Código de Convivência é outra coisa, é como se fosse um código de ética que tem elementos coercitivos, normativos, mas tem também de postura geral, de comportamento. Convivência é comportamento, Código de Postura é postura. E o Código de Postura, não vamos discutir este ano, não vamos votar? Foram feitas boas reuniões. Acho que tínhamos que ter um acordo entre nós, quando as coisas são boas não fazemos 300 emendas para contemplar os amigos! Porque o projeto foi muito bem- feito, muito bem elaborado. Não é porque foi o outro governo quem fez que este aqui não vai aprovar! Caramba, estou há horas pedindo uma comissão especial sobre isso e ninguém pergunta se queremos ou não fazer. Nós não podemos ficar nessa postura de que se o outro fez, então não presta! Claro que presta, tem muita coisa importante que foi feita no passado e tem que continuar. Agora, o problema não está na ciclovia; está no estacionamento da José do Patrocínio, está na forma como fizeram na José de Alencar, o problema está na forma como fizeram em alguns lugares que não tem bicicleta. Qual campanha que foi feita sobre o uso da bicicleta em Porto Alegre? Não tem campanha! Tem que começar aqui na Câmara. Em primeiro lugar, como disse o Ver. Nagelstein, tem que ter banheiro, chuveiro para as pessoas que vêm de bicicleta, que caminham no entorno, poderem usar. Tem que ter incentivo nas empresas! Ou alguém vai andar de bicicleta no calor senegalês de Porto Alegre? Chegar na empresa todo molhado de suor? Isso não funciona! É uma coisa que tem que estar colada na outra! Essa é uma cidade que não quer discutir. Tenho a convicção de que Porto Alegre parou a sua modernidade no passado e não quer evoluir! Quando a gente discute aqui alguma coisa, tem 150 contra! Tem que olhar para frente, Ver. Mônica, com determinação e botar o pé na porta quando as coisas estão erradas. Agora, com respeito ao outro que tem posição contrária! Nós temos divergências nas questões urbanísticas em todas as bancadas. Eu aposto com os senhores que têm bancada com dois Vereadores e que têm diferenças abissais entre os dois Vereadores da mesma bancada. Na minha, por exemplo, quando se discutem questões urbanísticas, tem diferenças! Tem diferenças porque Porto Alegre não discute a questão do urbanismo e, quando discute mobilidade, discute o que nós estamos fazendo agora, coisas pontuais, fora de um projeto de urbanismo da Cidade. Por isso, nós estamos atrasados, por isso não vamos para frente e vamos regredir; por isso temos que discutir e não tem que ter projeto como já dizia o Ver. Dib, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero dar as boas-vindas ao Ver. Engº Comassetto e ao nosso novo Vereador que assumiu no lugar do Ver. Moisés. Registrar, antes de mais nada, que o Ver. Engº Comassetto precisa ouvir mais rádio, porque eu tenha falado bastante sobre segurança pública. Mas na matéria em questão, desculpe, Presidente, entrando na matéria, eu faço questão de responder algumas colocações que escutei aqui com uma fórmula muito simples, e as mulheres que me escutam vão entender muito bem o que eu falo. O Ver. Adeli disse que nós temos que olhar para frente, o Ver. Prof. Alex Fraga disse que é um retrocesso o projeto do Ver. João Carlos Nedel. Não penso assim, e agora as mulheres vão me dar razão, com certeza. O Ver. Nedel tem como objetivo a revisão do plano de ciclovias, ou ciclofaixas por uma questão muito simples, e vou citar como exemplo: quando vamos morar numa casa ou apartamento, fazemos um projeto, idealizamos e vamos para a habitação com um projeto na cabeça e o mudamos conforme a nossa necessidade. Acertamos, erramos, vemos que algo mais é necessário, assim como numa casa, é assim num projeto de nossas vidas. E o Ver. Nedel colocou muito bem, na sua Exposição de Motivos, quando diz que as ciclovias são muito importantes. Não é intenção dele terminar com as ciclovias, mas ele pensa que é necessário, sim, uma revisão desse plano porque a implementação de ciclovias ou ciclofaixas em vias públicas mexem muito com a vida das pessoas, elas colocam em risco suas vidas, tanto das pessoas que estão utilizando as bicicletas como das pessoas que estão caminhando pelas ruas e também dos motoristas. O único objetivo, com o qual concordo e apoio, que o Ver. Nedel traz esse projeto de lei para essa revisão do Plano de Ciclovias, é pensando na segurança dessas pessoas, de todas essas pessoas que utilizam tanto a bicicleta, como os motoristas, como as pessoas que transitam pelas ruas. Vejo como uma grande preocupação do Ver. Nedel e cito como exemplo o caminho que faço para chegar até a Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu utilizo a Av. Vasco da Gama, vejo grande confusão naquela ciclovia, e uso a Av. Goethe. Na volta, utilizo a José do Patrocínio. Vou citar um termo aqui, a José do Patrocínio é o quadro da loucura, ninguém se entende, até hoje não sei como não deu um acidente maior naquela rua, porque aquilo não está de acordo, está confuso. Quem vai no sentido Centro/bairro da avenida, em direção à Av. Venâncio Aires, não sabe qual o ponto que está parado, que continua, enfim. Não gosto de usar esse termo bagunça, mas é confuso. Eu acredito que, para que nós tenhamos um bom resultado nesse tema, é dever dos entes públicos promover a adesão de bicicletas por meio de ofertas de ciclovias seguras, também de investimento em transportes públicos, conscientização dos motoristas, mas principalmente que se coloque, que se veja, que se planeje muito bem essas ciclovias. Chega em boa hora a intenção do Ver. Nedel de fazer uma revisão do Plano de Ciclovias porque, dessa forma, estaremos debatendo aquilo que, na utilização, nós vamos poder apontar, está ruim, pode ficar melhor. Nada mais é do que essa intenção. Ninguém aqui, Ver. Alex, é contra as ciclovias ou as bicicletas. Eu sou uma usuária de

bicicleta, eu gosto de bicicleta e aprovo, desde que as ciclovias sejam implementadas com muita responsabilidade, com planejamento, com uma conscientização de que a Cidade não é só das bicicletas: nós temos transporte público, carros de passeio e pessoas transitando. Na união, nós vamos chegar a um consenso, e acredito que as ciclovias poderiam ficar melhor. São feitos debates, audiências públicas, projetos para tantas coisas menos importantes do que as ciclovias, que é um meio de transporte, por que não utilizarmos... Eu peço o apoio dos colegas ao projeto do Ver. Nedel, que tem um único objetivo: pensar no melhor para essas pessoas que utilizam as bicicletas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu estava bem contemplada com várias intervenções que me precederam, mas eu confesso que a fala da Ver.^a Mônica me instigou a vir falar nesta plenária. Em primeiro lugar, Porto Alegre não é a cidade das bicicletas, está longe disso. Muito embora nós tenhamos 497 quilômetros previstos no Plano Diretor Ciclovitário, Porto Alegre figura entre as Capitais com menos quilometragem de ciclovias construídas até o presente momento.

Se o objeto é discutir a segurança da população, não precisa ser muito inteligente para constatar que é um risco andar de bicicleta sem ser nas ciclovias e nas ciclofaixas. Qualquer pessoa que já tentou andar na Av. Osvaldo Aranha, sem ciclovia, ou tentou andar na Borges de Medeiros de bicicleta viu o temor que a gente sente à medida que o trânsito segue fluindo, e a gente está pedalando. Eu estou falando com muita tranquilidade de quem já andou de bicicleta e acha que é uma questão de muita coragem andar sem a construção de ciclovias e ciclofaixas adequadas.

Pelo Código Nacional de Trânsito, a bicicleta tem que ser encarada como um meio de transporte, é fato, mas os motoristas não têm encarado assim ao longo dos anos, a maior parte deles. É um problema de educação? Não tenho dúvida! Tem que ter mais educação para o trânsito? Não tenho dúvida alguma! Mas me espanta que o debate seja sobre educação para o trânsito, quando a Câmara retirou do Plano Diretor Ciclovitário a obrigatoriedade de aplicar o valor de 20% das multas da EPTC em educação para o trânsito. Nós votamos contra essa retirada, porque achamos que tem que ter educação para o trânsito e, também, dinheiro reservado para a construção de novas ciclovias e ciclofaixas. Mais do que isso. É preciso que o trânsito proteja quem está mais vulnerável: os pedestres, em primeiro lugar; depois, os ciclistas, e assim sucessivamente. O projeto do Ver. Nedel é para inviabilizar a construção de ciclovias, de ciclofaixas. Temos que ser sinceros. Está claro: a implementação de ciclovias ou ciclofaixas projetadas sobre a via de tráfego de veículos não poderá resultar no dimensionamento ou na eliminação da faixa destinada ao fluxo de veículos. Então, vai destinar onde? É para tirar o espaço do pedestre? É para desapropriar casas para poder ter ciclovias ou ciclofaixas? Se não vai ter redimensionamento da faixa é porque não vai

ter ciclovia! As coisas têm que ser ditas como elas são. Este projeto acaba com o Plano Diretor Ciclovitário, e se o objeto – por óbvio que não é – é proteger as pessoas, seria interessante ouvi-las, fazer uma audiência pública para ouvir os ciclistas, tanto é que basta perguntar para qualquer uma das associações e, evidentemente, são contra o projeto do Ver. Nedel. É óbvio. Então, isso precisa ser dito. Em segundo lugar, é preciso ter estudos para dimensionar – e não sei qual Vereador falou, não foi a Ver.^a Mônica, faça-se justiça; o Ver. Nedel sinaliza que foi ele -, que houve uma redução no comércio onde teve as ciclovias, e isso na é verdadeiro, tanto é que houve uma mobilização de comerciantes para derrubar o veto ao projeto que previa a construção, a possibilidade de bicicletário de comerciantes. E não eram comerciantes ciclistas, alguns até podem ser, mas eles também estavam defendendo a possibilidade de vender mais, de gerar consumo. Por quê? Porque a bicicleta faz com que a pessoa transite mais próxima à via e possa parar com mais tranquilidade para comprar coisas. Há vários estudos no mundo inteiro que mostram que a existência de ciclovias ou ciclofaixas ajuda a enriquecer, a aumentar as vendas da economia local. O que nós estamos vivendo é uma crise econômica local, reduziram 30% das vendas. É óbvio! Há 14 milhões de desempregados no Brasil, as pessoas estão com o salário archoado, basta perguntar para qualquer colega e dizem que estão comprando menos. As pessoas estão comprando menos nos supermercados; as pessoas que abandonaram a universidade privada por não terem condições de pagar a mensalidade – na Feevale chega a ser 30%. Enfim, as pessoas estão gastando menos em função do impacto da crise econômica, mas botar a responsabilidade na bicicleta?! Eu acho que, de fato, não tem lógica esse argumento e que é preciso derrotar esse projeto. Então, para não falar de novo, Ver. Cláudio Janta, eu quero encaminhar, em nome da oposição, pela rejeição do projeto, para que a gente possa derrotá-lo na tarde de hoje. Melhor seria que nem tivesse vindo à votação. Na reunião da Mesa e Lideranças, eu solicitei uma audiência pública, perdi; mas então, se nós pudermos derrotar o projeto, acho que é um ganho para a cidade de Porto Alegre, no mínimo, manter o Plano Diretor Ciclovitário, que é insuficiente, perto da falta de investimento dos governos. É preciso lutar para efetivá-lo, e não desmontá-lo, como quer o projeto do Ver. João Carlos Nedel.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi um “ah!”, quando eu fui discutir, mas eu não fiz nem um “ah!” escutando toda a discussão, até fiquei ouvindo para aprender. Ver. Nedel, eu não sei como foi encaminhado seu projeto, só que, em Porto Alegre, de 1,490 milhão de pessoas – dez mil podem não pensar igual – não querem essa loucuras que fizeram. Imaginem se tentarem fazer ciclovia na Av. Assis Brasil! Eu me deitarei na beira do cordão para não deixar passar. São tão absurdas algumas ciclovias, tão ideológicas e tão

sem efeito que a Cidade se irrita com algumas. Eu concordo com o Ver. Adeli que isso precisa ser discutido como um todo. Não é possível, não é possível seguir um traçado, e eu não sei que traçado, que projeto de mau gosto e sem estudo foi feito. Projeto de mau gosto e sem estudo algum! Isso não é esporte, Ver. Alex, para as crianças praticar esportes tem lugar. Eu duvido que o senhor ponha seu filho na Assis Brasil andando na ciclovia. E aquilo não é ciclovia, é ciclofaixa. Nem um filho de ninguém vai passar numa avenida dessas! Essa ciclovia que fizeram em Porto Alegre não é para abrir coronárias, é para fechar atividades que estejam ao largo delas. Isso não é para a saúde, isso é para levar pessoas para o pronto socorro. Do jeito que estão as ciclovias de Porto Alegre, é um absurdo, é contra a vida das pessoas, é contra a vida das pessoas. Eu fico com pena dos ciclistas que têm que se aventurarem nestas loucuras. Não tem segurança nenhuma, e, na maioria das vezes, não tem sentido nenhum porque são poucas as pessoas que passam lá. E não peçam para eu ser politicamente correto aqui com os ciclistas, que eu respeito, mas existem faixas, existem linhas ideológicas. Eu não estou aqui para agradar o Marcelo Sgarbossa, não estou aqui para agradar ninguém. Estou aqui para defender a segurança das pessoas. E o que se faz em Porto Alegre com estas ciclovias, com poucas exceções, é colocar a vida das pessoas em risco. É para isso que servem estas ciclovias, que não são ciclovias. Estamos botando dinheiro fora, estamos mitigando coisas absurdas em troca de ciclovias, mas que conversa é essa? Ou damos condições para a pessoa andar na ciclovia ou não se faz; fazer só para cumprir quilometragem, não! Não tem que fazer ciclovia para cumprir tantos quilômetros de ciclovia, para se exibir nos congressos lá fora que Porto Alegre tem tantos quilômetros, para se exibir em algum lugar que Porto Alegre faz ciclovias; não faz! As que estão aí, na sua grande maioria, são ciclovias que levam pessoas para o pronto socorro ou que não deixam os ciclistas andar, porque é muito perigoso. É perigoso andar nas ciclovias em Porto Alegre. Então, tem que repensar, sim. Eu não sei se é através de projeto de lei, mas tem que parar o absurdo que se está cometendo na Cidade, porque é um absurdo. Sabe por que se faz tanta ciclovia? Por que quando aparece um projeto mais ou menos para fazer, a contrapartida é fazer dois quilômetros de ciclovia! Mas tem que fazer dois quilômetros de ciclovia... Tem uma lá na Av. Sertório, que poderia ajudar muita gente a vir, mas não se faz. E lá não precisa estreitar a Av. Sertório, tem que fazer perto do muro do aeroporto. Agora, falar em fazer ciclovia na Rua José de Alencar, em frente ao hospital, com pouco lugar para estacionar... E até nem é pelo estacionamento, é pelo transtorno que causa: o ônibus tem que parar lá no meio da via, criando um baita engarrafamento, em nome de quê e de quem? Vamos parar com essa bobagem que Porto Alegre não tem plano de ciclovia para as pessoas andarem, tem plano de ciclovia para... Não importa quem fez, até parece que foi no nosso governo que fizemos o plano, mas certamente foi feito em cima da perna: não se estudou se tinha segurança ou não tinha segurança! Nada melhor e mais importante do que a segurança das pessoas! Eu acho que as pessoas até não andam mais na ciclovia por isso, porque não existe segurança. Se fosse pelo número das pessoas que andam nas ciclovias existentes, não teria ciclovia.

Para concluir, eu acho que nós temos que repensar sobre isso em nome da segurança das pessoas, em nome dos prejuízos que estamos causando para mostrar, eu não sei para quem e para qual organização, que se tem ciclovia. Não, isso é uma grande mentira! Nós temos faixas indicadas para ciclistas andarem, mas que não andam porque eles não têm coragem e não podem ter coragem mesmo, porque é muito perigoso. Eu não aconselharia ninguém a andar nas ciclovias do jeito que estão, com exceção de algumas, como a da Av. Ipiranga e algumas outras exceções, mas, na grande maioria, é uma grande mentira e eu quero que pare essa mentira da ciclovia em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir PLCL nº 021/14.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente, boa tarde, colegas, eu me sinto contemplado com a fala do Ver. Idenir Cecchim, eu acho que colocaste muito bons pontos e, acima de tudo, a palavra de ordem é justamente a falta de planejamento e falta de racionalidade com que a gente tem hoje nas nossas ciclovias distribuídas. Tem muita ciclovia que, sim, carece de maior estudo técnico e há ciclovias que estão bem colocadas. Eu acho que, por trás de toda essa questão, a emenda ao projeto que propõe a revisão do plano cicloviário é muito boa, é interessante que se faça sim, por isso, sou favorável. Por outro lado, parece-me que o projeto vai um pouco além do ponto, pois ele começa a determinar muito regramento. A Ver.^a Fernanda colocou aqui a contradição, inclusive, de que não pode tirar espaço da rua, nem da calçada, nem do imóvel, então, basicamente, o projeto impede que novas ciclovias se formem. Então, nem oito, nem oitenta, nesse caso.

Sinto-me contemplado com a fala do Cecchim com relação ao planejamento cicloviário, e com esse indicador improdutivo que a gente tem: onde você tem como contrapartida a regra de ter tantos quilômetros de ciclovia e aí não importa muito onde faça ou o que faça. Então, precisamos ter uma revisão deste Plano, sim, esta emenda é boa, mas me parece que o projeto vai um pouco além do ponto, impõe restrições mais do que deveria. Eu sou contrário ao projeto, mas sou favorável à emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 021/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Três votos **SIM**, 13 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 18h01min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1049/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/17, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que estabelece sanções aplicáveis à empresa que utilizar trabalho escravo ou infantil no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1435/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/17, de autoria da Ver^a. Comandante Nádia, que institui o Programa Segurança Compartilhada no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1101/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera o art. 156 e inclui o art. 156-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a participação da sociedade, por intermédio do Conselho Municipal de Justiça e Segurança, no encaminhamento e na solução dos problemas atinentes à segurança pública e sobre as competências da Guarda Municipal na segurança pública.

PROC. Nº 2085/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 031/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera o inc. IX do *caput*, a al. *b* do § 1º e os §§ 4º, 7º e 8º do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, incluindo no rol de isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana as pessoas portadoras de neoplasia maligna, doença de Parkinson, doença de Alzheimer ou esclerose múltipla.

PROC. Nº 1480/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 024/17, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui art. 22-A na Lei Complementar nº 275, de 6 de abril de 1992 – que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências –, condicionando o estabelecimento de parceria público-privada relativa a imóveis comerciais geradores de emprego que sejam tombados à autorização legislativa.

PROC. Nº 1811/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/17, que dispõe sobre os cargos efetivos das carreiras da Administração Tributária, inclui o art. 38-A na Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015, revoga os §§ 10 e 15 do art. 32 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015,

determinando a inaplicabilidade de disposições da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 e dá outras providências.

PROC. Nº 0582/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/17, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga o Executivo Municipal a divulgar a relação dos medicamentos distribuídos na rede municipal de saúde e outras informações que especifica. **Com Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 1192/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 138/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1392/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/17, de autoria do Ver. André Carús, que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1560/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 181/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Nossa Senhora dos Anjos o logradouro não cadastrado conhecido como Rua A – Vila Vargas –, localizado no Bairro São José.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h02min.)

* * * * *